

Logo após a posse dos 27 senadores com mandato até 2015, Casa reelegera Renan Calheiros



Reeleito, Renan assume compromisso com Legislativo independente

PÁGINAS 6 E 7

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.527/114 – Brasília, 5 a 11 de fevereiro de 2007

EDIÇÃO SEMANAL

## Plantio de transgênicos poderá ser ampliado

O Plenário tem a pauta travada por três medidas provisórias, como a que libera o plantio de transgênicos em área de proteção ambiental. Alterado pela Câmara, o texto ainda não tem o consenso dos senadores.

PÁGINA 3

## Perfil dos 81 senadores da nova legislatura

Os 27 senadores eleitos em 2006 e empossados na quinta-feira formam, juntamente com os 54 parlamentares com mandato até 2011, a 53ª Legislatura. Conheça o perfil de cada um dos 81 senadores da República.

PÁGINAS 8 A 16

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 17

## PAC tem prioridade na agenda do Senado

Eficácia do programa de crescimento depende da aprovação de projetos de lei e medidas provisórias pelo Congresso. Jornal do Senado detalha as principais propostas do Executivo



GERALDO MAGELA

Renan Calheiros (C) preside, ao lado de autoridades, sessão de abertura dos trabalhos da 53ª Legislatura no Congresso

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, deve mobilizar os parlamentares no início da 53ª Legislatura, inaugurada na sexta-feira. A oposição prega o aperfeiçoamento da pro-

posta apresentada pelo governo no dia 22 de janeiro. O presidente reeleito do Senado, Renan Calheiros, ressalta que matérias das quais depende o desenvolvimento do país podem ser aprovadas no âmbito do PAC.

PÁGINAS 2, 4 E 5

## cidadania

### Atribuições do presidente do Senado e da Mesa diretora da Casa

Veja nesta edição do *Especial Cidadania* as responsabilidades do presidente do Senado, que incluem

assumir a Presidência da República quando do impedimento do vice-presidente e do presidente da Câmara.

Saiba também o que fazem os senadores eleitos para os cargos da Mesa diretora da Casa.

PÁGINA 20



**CONGRESSO** Começo da legislatura é marcado por referências ao programa de crescimento do governo federal

Com a presença de grande número de parlamentares, Congresso instala os trabalhos da 53ª Legislatura, em sessão presidida por Renan Calheiros (à mesa, ao centro)

## Congresso Nacional reinicia trabalhos

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal no início da última semana (*leia mais nas páginas 4 e 5*), foi o destaque da mensagem presidencial e dos pronunciamentos lidos na sessão solene de abertura dos trabalhos da 53ª Legislatura, realizada sexta-feira, no Plenário do Senado. A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi entregue pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL),

que dirigiu a sessão solene, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), falaram em nome do Legislativo, enquanto o Judiciário foi representado pela ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na mensagem, lida pelo 1º secretário do Congresso, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), também 1º secretário da Câmara, Lula afirma que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa “o passo seguinte da história do país” e que todos os projetos a serem realizados

têm por objetivo máximo a meta da estabilidade social. Segundo o presidente da República, o programa “depende do discernimento soberano do Congresso para se tornar a agenda da nação”.

Por sua vez, Chinaglia enfatizou a responsabilidade da Câmara na luta pelo bem-estar do brasileiro e elaboração de leis voltadas para uma sociedade mais justa.

Já Renan Calheiros afirmou que o Congresso deve aprimorar o PAC e “pisar fundo” nas reformas estruturais que proporcionem condições para um crescimento

sustentável, igualitário e justo. Frisou que o Legislativo deve abrir espaço para todos os agentes defenderem suas convicções.

Renan chegou ao Congresso acompanhado por batedores da Polícia do Exército e foi recepcionado com uma salva de 21 tiros de canhão pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha, Bateria Caiena. Após a saudação à Bandeira, passou em revista a tropa dos Dragões da Independência e fuzileiros navais, e dirigiu-se à rampa do Congresso, onde foi recebido pelos líderes partidários.

### Renan diz que PAC pode ser aprimorado pelo Legislativo

Em seu pronunciamento, Renan Calheiros destacou a importância do Programa de Aceleração do Crescimento e o papel do Congresso na aprovação das matérias relacionadas a esse pacote. – O PAC contém medidas provisórias e projetos de lei, os quais são naturalmente suscetíveis a aprimoramentos, correções, reparos e ajustes que o Congresso entender como convenientes e necessários – disse o presidente do Senado.

Renan defendeu a aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas política, tributária, trabalhista e sindical, que ele considera “urgentes e inadiáveis”. E fez uma avaliação positiva da situação econômica do país.

### Chinaglia promete esforço da Câmara em favor do plano

Arlindo Chinaglia prometeu, em seu discurso, realizar os esforços políticos e adotar as providências necessárias à aprovação dos projetos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento. Ele previu que o entendimento com o presidente do Senado, Renan Calheiros, “será o mais perfeito, com vistas à manutenção e ao aperfeiçoamento da harmonia que tem caracterizado os trabalhos das duas Casas legislativas”. Chinaglia garantiu ainda empenho quanto à questão educacional, mencionando os avanços obtidos com a criação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

### Lula: Brasil vai superar o desafio do crescimento

Lastreado nos avanços consolidados nos últimos quatro anos e na execução do Programa de Aceleração do Crescimento, o Brasil vai superar o desafio do crescimento econômico. Este foi o mote da mensagem presidencial ao Congresso. “O Brasil pode e vai dobrar a aposta no seu desenvolvimento”, afirma o presidente Lula.

No documento, o presidente divide com o Legislativo as conquistas que o país obteve no último quadriênio. Ele enumerou, entre elas, a multiplicação por quatro dos recursos contra a fome e a exclusão, a geração de mais de 5 milhões de empregos com carteira assinada e o fato de os programas sociais estarem chegando a 11 milhões de famílias.

### Ellen Gracie aponta avanços obtidos pelo Poder Judiciário

Ellen Gracie destacou em sua mensagem avanços alcançados pelo Judiciário. Ela lembrou que instrumentos de inovação aprovados pelo Congresso, como o processo eletrônico e de racionalização de sentenças, e a súmula vinculante, que objetivam agilizar a atividade jurisdicional, já estão em experimentação em tribunais.

– A partir de agora, quando o Supremo houver definido uma questão de direito, aplicando-lhe o efeito vinculante e fazendo-a inserir no enunciado de sua súmula, pacifica-se a discussão nos juízos inferiores, que, sobretudo, deverão respeitar a interpretação fixada todos os agentes públicos, evitando-se o surgimento de novas ações.

## Legislatura deve começar com a pauta travada por três medidas provisórias

Três medidas provisórias devem travar a pauta de votação do Senado no início dos trabalhos da 53ª Legislatura. São elas a MP 326/06 e os projetos de Lei de Conversão 29 e 30, de 2006 (decorrentes das MPs 327/06 e 329/06). As matérias já foram deliberadas pela Câmara.

A MP 326/06 abre crédito de R\$ 1 bilhão para operações oficiais de crédito, a fim de atender ações que garantam

a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, regulando os preços de produtos agrícolas. O governo pretende, com essa medida, diminuir os efeitos da crise enfrentada pelos agricultores em função da seca e da queda do preço das *commodities*, realizando leilões para garantir o recebimento do preço mínimo dos produtos, estabelecido no Plano de Safra de 2006.

Já o PLV 29/06 veda a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, exceto nas áreas de proteção ambiental (*leia mais na página 3*). Outra mudança proposta diz respeito à lei que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (Lei 10.101/00), fixando que o trabalho aos domingos e feriados no comércio

varejista e atacadista fique condicionado a acordo coletivo.

Já o PLV 30/06 autoriza o Ministério da Defesa a contratar, no âmbito do Comando da Aeronáutica e de forma temporária, até 60 pessoas por dois anos, prorrogáveis por igual período. A medida foi uma resposta do governo à crise aérea e permitirá a contratação de controladores de voo em caráter emergencial.

## MEIO AMBIENTE

# Plenário vai analisar MP sobre transgênicos

As discussões sobre o aumento das lavouras de transgênicos no país esquentaram ainda mais com a liberação do plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs) em áreas de proteção ambiental (APAs) e zonas de amortecimento (regiões no entorno) das demais categorias de unidades de conservação – autorizada por medida provisória (MP 327/06) que será analisada pelo Plenário do Senado.

A MP, elaborada para regulamentar o plantio de grãos transgênicos – vedando a pesquisa e o cultivo de OGMs nas terras indígenas e nas áreas de unidades de conservação, com exceção das APAs –, acabou extrapolando esse objetivo. Isso porque a Câmara aprovou projeto de lei de conversão do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) que reduziu o quórum para as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e liberou a comercialização de algodão transgênico plantado e colhido no ano passado sem a autorização do colegiado.

Ainda não há consenso entre os senadores sobre a matéria, o que impossibilitou sua votação em Plenário em dezembro passado. Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), “há uma espécie de fundamentalismo, que leva a posições extremadas”, quando se fala em OGMs.

– Devemos encontrar na legislação a devida cautela com o meio ambiente, mas sem atrapalhar o desenvolvimento da agricultura – afirmou.

Ney Suassuna (PMDB-PB), não reeleito, era o relator da matéria e iria defender sua aprovação. Agora, novo relatório será apresentado por outro parlamentar.

## Especialista sugere audiência pública

A MP dá vida ao Decreto 5.950/06, que define os limites para o plantio de OGMs nas áreas que circundam as unidades de conservação. A distância mínima é de 500 metros para soja tolerante ao herbicida glifosato e de 800 metros para o algodão resistente a insetos (e 5 km quando houver registro de ocorrência

de ancestrais diretos ou parentes silvestres do algodão na unidade de conservação). Resolução anterior determinava que a chamada zona de amortecimento teria uma distância de até 10 km entre as áreas de preservação ambiental e as plantações que utilizam semente transgênica.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília (UnB), Gustavo Souto Maior, em matéria de meio ambiente é sempre preciso ter precaução.

– Ainda não há certezas sobre as conseqüências dos transgênicos no meio ambiente e na vida das pessoas. Já que a decisão afeta as unidades de conservação, no mínimo esperaríamos uma audiência pública – disse.

De acordo com levantamento do Ibama, de 2004, as unidades de conservação representam apenas 7,23% da área continental do Brasil. Desse total, 3,29% são unidades de proteção integral e 3,94% são de uso sustentável, incluídas aí as APAs. “O que está protegido ainda é muito pouco”, entende Souto Maior.



RODRIGO BALEIA/FOLHA IMAGEM

As unidades de conservação ocupam 61,8 milhões de hectares e representam apenas 7,23% da área continental do Brasil

## Redução do quórum na CTNBio é polêmica

A redução do número mínimo de votos necessários na CTNBio, proposta no projeto de lei de conversão da MP 327/06, é outro ponto polêmico da matéria.

Esse assunto foi amplamente debatido no Congresso quando da análise da nova Lei de Biossegurança, aprovada no início de 2005, mas não houve consenso.

Agora os deputados aprovaram emenda, inserida na MP, reduzindo o quórum qualificado de dois terços dos integrantes (18 votos) para maioria absoluta – 14 dos 27 membros. Esse quórum é necessário, por exemplo, na análise técnica e na aprovação dos pedidos para plantio de transgênicos.

Para o deputado Paulo Pimenta, relator da matéria na Câmara, o quórum qualificado atrapalha o avanço de pesquisas e leva muitos brasileiros a desenvolverem pesquisas em outros países. O pesquisador Francisco Aragão, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, também considera o atual quórum “problemático”.

– Levam-se meses para termos decisões sobre a liberação de experimentos e muito mais tempo para aprovar o plantio dos transgênicos. Em países vizinhos, como a Argentina, a decisão é muito mais rápida – afirma Aragão.

A Embrapa, por exemplo, já gerou uma série de linhagens

de transgênicos de soja e agora trabalha em novas tecnologias. A engenharia genética também está sendo pesquisada para produtos como a banana e a alface.

Mas para o professor da UnB Gustavo Souto Maior, o quórum qualificado dá mais segurança às decisões da CTNBio e, por isso, não deveria ser modificado.

Apesar de a lei exigir que a Comissão de Biossegurança aprove a comercialização dos transgênicos, o PLV autorizou a venda de algodão modificado plantado em 2006, sem autorização da CTNBio, desde que para ser utilizado na produção de biodiesel. Caso contrário, segundo o texto, o algodão deverá ser destruído.

## Plantio de OGMs vem crescendo rapidamente no Brasil e no mundo

A autorização para o plantio de grãos transgênicos em áreas de proteção ambiental e zonas do entorno das demais unidades de conservação acontece ao mesmo tempo em que o plantio de OGMs explode no Brasil e no mundo.

Relatório do Serviço Internacional de Aquisição das Aplicações em Agrobiotecnologia estima que a área plantada com sementes transgênicas no Brasil deverá triplicar até 2015, superando 36 milhões de hectares. No mundo, os atuais 102 milhões de hectares deverão chegar à casa dos 200 milhões.

De acordo com o pesquisador da Embrapa Francisco Aragão, esse número pode estar subestimado, visto que muitos produtores utilizam sementes não-certificadas e outros reutilizam os grãos como sementes.

A expectativa, no entanto, diz Aragão, é de que em curto ou médio prazo a soja transgênica esteja presente em 70% a 80% das lavouras brasileiras e de que o algodão – que em qualquer região é amplamente atacado por insetos – deva alcançar os 100%. Com o transgênico, segundo Aragão, a aplicação de inseticidas é reduzi-

da em média a 40%, “um peso grande no custo da produção”.

Para o pesquisador, a MP 327/06 é importante, mas a liberação do plantio em APAs e entornos de unidades de conservação não pode ser feita de forma generalizada. “As sementes transgênicas só serão plantadas em APAs que já funcionam como lavouras, e não há no Brasil espécies que possam ser cruzadas com a soja. O herbicida do transgênico não terá função em outras plantas. Não existe, portanto, risco ambiental diferente do de uma soja não-transgênica”, disse.

Mas o mesmo não se aplica ao algodão, e por isso foi estipulada uma distância mínima de 5 km quando houver registro de ocorrência de ancestrais diretos ou parentes silvestres do algodão na unidade de conservação.

Para ativistas do Greenpeace, com a liberação dos transgênicos em todo o país, não há por que não preservar ao menos as unidades de conservação. O grupo afirma que “a aprovação da MP é uma clara indicação do descaso do Congresso e do governo com a proteção ambiental, com a biossegurança brasileira”.

## Unidades de conservação (UCs) federais no Brasil

Tipo de uso	Esfera	Área das UCs* (hectares)	% do continente brasileiro	Área do Brasil** (hectares)
Proteção Integral	Federal	28.147.214,93	3,29	854.546.635,67
Uso sustentável	Federal	33.663.938,75	3,94	
<b>Totais</b>	–	61.811.153,68	7,23	

\* as sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição  
\*\* baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE, excluindo as ilhas oceânicas  
Copyright (c) 2004 – Ibama

## Glossário

**Unidade de Conservação (UC)** – É o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais – com características naturais relevantes, objetivos de conservação e limites definidos –, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

**Área de Proteção Ambiental (APA)** – Em geral extensa, essa área tem certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade

biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

**Zona de amortecimento de uma UC** – É a região no entorno desta área onde, com o objetivo de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, as atividades humanas estão sujeitas a

normas e restrições específicas. Sua função principal é proteger a unidade e garantir suas funções ecológicas e sociais.

**Plano de manejo** – É um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma UC, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com

suas finalidades. Estabelece, assim, diretrizes básicas para o manejo da unidade.

**OGMs** – São aqueles que receberam gene ou genes de outros organismos ou que tiveram alguma modificação em algum gene específico, passando, então, a expressar uma nova característica.

**CRESCIMENTO** Parlamentares terão que analisar pacote anunciado pelo governo para aquecer a economia

# Exame do PAC é prioridade no Senado

Reeleito na quinta-feira como presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que matérias de grande magnitude, das quais depende o desenvolvimento do país, podem ser aprovadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 22 de janeiro, que inclui diversos projetos de lei e medidas provisórias aguardando aprovação pelo Congresso.

– Sobre isso temos responsabilidade. Refiro-me, além das propostas para atingirmos uma plena democracia, ao exame das parcerias público-privadas, à busca de uma sistemática que torne mais efetiva a análise dos vetos presidenciais, à busca de soluções para gerar segurança jurídica aos contratos, à luta contra a burocracia e o desperdício, que são permanentes e indispensáveis aprimoramentos ao programa sugerido pelo Executivo – disse.

O PAC se divide em duas partes. Uma se refere à “infra-estrutura para o desenvolvimento” e prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões ao longo dos próximos quatro anos. A outra parte diz respeito às “medidas econômicas para o crescimento”, abrangendo temas como crédito, investimento, impostos e gestão pública.

Pelo cenário previsto, o crescimento do produto interno bruto (PIB) será de 4,5% em 2007 e de 5% nos três anos seguintes. Para comparar, o crescimento estimado para 2006 é de 2,8%, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), contra 5,3% na região toda.

Para a taxa de inflação, espera-se uma estabilização, a partir de 2008, em 4,5% – contra 4,1% em 2007. Em relação à taxa básica de juros (Selic), a expectativa é que caia de 12,2% em 2007 para 10,1% em 2010 (veja quadro na página 5).

O presidente Lula declarou que o PAC deve gerar investimentos de R\$ 1 trilhão até 2010, se os empresários



Investimentos na modernização dos portos figuram no pacote do governo federal: senadores pretendem melhorar o PAC

desembolsarem R\$ 1 para cada real gasto pelo governo.

## Senadores querem aperfeiçoar pacote

O pacote, como era de esperar, não obteve apoio incondicional no Congresso. José Agripino (PFL-RN), que disputou a Presidência com Renan, ressalta que o programa deverá ser aperfeiçoado.

– O PAC que coloca investimentos públicos baseados no crescimento de 5% que a gente sabe que não vai acontecer é projeto defeituoso. O PAC que propõe aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em objetivos que não são pressupostos na legislação desse fundo é questionável – observou Agripino,

acrescentando que o resultado da eleição no Senado não deverá influenciar a votação das matérias que integram o pacote.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o plano está na direção correta, mas tem velocidade muito reduzida, “como quase tudo que o governo Lula propõe”.

– O programa é tímido. Não toca no equilíbrio das contas públicas, indispensável para deslanchar a economia. Não será possível dinamizar investimentos sem aumentar a poupança interna, tanto pública quanto privada – disse Cristovam.

Recém-empossado, Joaquim Roriz (PMDB-DF) considerou natural o desejo dos governadores de discutirem mais os recursos destinados a cada estado.

pode ser prorrogado, uma única vez, por igual período. Caso não sejam apreciadas em até 45 dias da publicação, elas entram em regime de urgência em cada uma das Casas do Congresso e impedem a votação das demais matérias em tramitação.

Também foram incluídos no PAC oito projetos de lei ordinária e três de lei complementar. A maioria simples (metade dos presentes mais um) é o quórum exigido para aprovação das leis ordinárias; a maioria absoluta (metade da composição da Casa mais um), para leis complementares. A exemplo das MPs, os projetos de lei terão sua tramitação iniciada na Câmara, em um só turno. Após a aprovação, serão revistos pelo Senado, também em turno único, e enviados depois à sanção presidencial.

Uma outra parte das proposições do programa do governo virá por meio de decretos, que não são discutidos nem votados pelo Legislativo, pois são

da competência privativa da Presidência da República. Ao todo, serão sete decretos, dos quais quatro vinculados às áreas de “desoneração tributária” e “aperfeiçoamento tributário” e três “medidas fiscais de longo prazo”.

Nas duas primeiras áreas, os decretos devem tratar da ampliação do benefício tributário para microcomputadores, da desoneração de compras de perfis de aço (insumo básico da construção civil), da criação do comitê gestor de tributação das micro e pequenas empresas, e da regulamentação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e da nota fiscal eletrônica.

Os outros três decretos deverão dispor sobre a criação do Fórum Nacional da Previdência Social, o aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais e a extinção da Companhia de Navegação do São Francisco (Franve).

## Estados querem partilhar CPMF; Planalto diz não

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sinalizou na terça-feira passada que o governo federal não pretende ceder aos pedidos dos governadores para que partilhe a receita da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com estados e municípios. Conforme ela disse à imprensa, o governo “não tem condição fiscal” – ou seja, não tem de onde tirar dinheiro – para atender aos pleitos dos executivos estaduais.

Governadores de 12 estados reunidos em Brasília haviam apresentado na segunda-feira uma pauta de reivindicações com o fito de reduzir as perdas que eles deverão ter com a concessão de incentivos fiscais a empresas, conforme previsto no Programa de Aceleração do Crescimento divulgado na semana anterior pelo governo federal. Os temas deverão ser discutidos com o presidente Lula no início de março.

No documento entregue ao ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, os governadores pediram, além da partilha da CPMF, um aumento no repasse dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada em transações com combustíveis, aos estados e municípios, de 29% para 46%.

No conjunto, as reivindicações dos estados somam R\$ 15,5 bilhões. Já o governo federal prevê que o PAC gerará perdas de R\$ 627 milhões em tributos para os estados.

– Destruar o crescimento é desafogar os estados – disse à imprensa o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), ao justificar a conta apresentada pelos governadores.

A renegociação das dívidas dos estados também foi tratada

como prioridade na reunião com o ministro.

– Se não houver flexibilização para os estados investirem, esse esforço do governo federal [o PAC] será muito tímido – argumentou o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB).

Para recuperar a capacidade de investimento dos estados, os governadores querem ficar com 20% da CPMF, que seriam destinados à saúde. Outros 10% iriam para os municípios.

Sobre a renegociação, os governadores querem inicialmente que o governo devolva aos estados os R\$ 2 bilhões depositados como caução para renegociação da dívida externa.

– Não podemos continuar vivendo com a corda esticada a cada ano – afirmou Aécio, ao defender também a ampliação das compensações da União para os incentivos fiscais dados pelos estados às empresas exportadoras,

conforme previsto na chamada Lei Kandir, de 1996, que regulamentou a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A redistribuição dos recursos do Fundeb (fundo que financiará a educação básica na rede pública a partir deste ano) também integra a pauta dos governadores. Eles reclamam que a divisão dos recursos privilegiou os municípios, em detrimento dos estados.

– A agenda que apresentamos traduz os temas da Federação – lembrou o governador petista Marcelo Déda (SE).

Também está entre as propostas, segundo ele, a criação para os estados de um mecanismo similar à Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autoriza o governo a gastar livremente 20% das receitas vinculadas.

“Não podemos viver com a corda esticada a cada ano”, diz Aécio Neves

## Maioria das medidas passa pelo Congresso

A eficácia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) depende de o Congresso Nacional aprovar uma série de projetos de lei e medidas provisórias. No que diz respeito às MPs, além das sete publicadas juntamente com o PAC (veja quadro na página 5), a Presidência da República deverá editar outras nos próximos dias, tratando de temas como desoneração de obras de infra-estrutura e dos fundos de investimento em infra-estrutura e aumento do prazo de recolhimento de algumas contribuições (Previdência, PIS e Cofins).

As medidas provisórias entram em vigor imediatamente após sua publicação no *Diário Oficial*, mas têm de ser aprovadas pelo Congresso para adquirir caráter definitivo. As MPs, que começam a tramitar na Câmara para depois seguir ao Senado, perdem a eficácia se não forem convertidas em lei 60 dias depois da publicação. O prazo



Renan (E) participa do lançamento do PAC com o presidente Lula e outras autoridades: estados reivindicam partilha da CPMF

# Previsões otimistas

O governo acredita que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) gerará melhorias nos indicadores econômicos do país nos próximos anos

	2007	2008	2009	2010
Taxa Selic nominal	12,2%	11,4%	10,5%	10,1%
Taxa de inflação	4,1%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento real do PIB	4,5%	5%	5%	5%
Dívida líquida do setor público	48,3%	42,9%	42,9%	39,7%

Fonte: Ministério do Planejamento

## Fermento para a economia

Veja as principais medidas anunciadas pelo governo federal para acelerar o crescimento do país, parte das quais ainda depende de aprovação dos respectivos projetos de lei ou medidas provisórias pelo Congresso

### Investimento público

– Elevação do PPI (Programa Piloto de Investimentos) de 0,2% do PIB (R\$ 4,9 bilhões) para 0,5% (cerca de R\$ 11 bilhões neste ano). No PPI entram os projetos considerados prioritários e com retorno econômico.

### Ajuste fiscal

– Adoção de uma regra para o reajuste do salário mínimo até 2023. A partir de 2008, o aumento levará em conta a inflação mais a variação do PIB de dois anos antes.

– Limite para gastos com salário dos servidores públicos. Esse limite será a variação da inflação mais um teto de 1,5% de aumento real.

– Medidas de gestão na Previdência Social com o objetivo de reduzir o déficit. Entre elas, multa no caso de informação incorreta de óbitos e limitação no valor do auxílio-doença.

– Regulamentação do regime de previdência complementar dos servidores públicos, que está previsto desde a reforma da Previdência, em 2003.

### Informática

– Ampliação do limite de isenção de impostos para as compras de computadores de mesa e notebooks: passa para R\$ 4 mil. Hoje, para ter isenção de PIS e Cofins, eles devem custar no máximo R\$ 2,5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente. Na prática, a medida reduz o preço dessas máquinas.

### Semicondutores e TV digital

– Isenção de impostos para a instalação de fábricas de semicondutores no país. As empresas serão beneficiadas com a isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a redução a zero das alíquotas de IPI, PIS, Cofins e Cide incidentes na venda de semicondutores e monitores.

### Construção civil

– Ampliação, com os recursos do FGTS, do programa de compra da casa própria pela população de baixa renda.

– Ampliação em R\$ 6 bilhões do limite de contratações de crédito do setor público para novas ações de saneamento ambiental nos próximos dois anos.

– Ampliação em R\$ 1 bilhão neste ano do limite de crédito para a construção de moradias populares, para famílias com renda de até três salários mínimos.

– Suspensão da exigibilidade de PIS e Cofins na compra de insumos e serviços vinculados a novos projetos de infra-estrutura de longo prazo nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico.

– Redução de 5% para zero da alíquota do IPI incidente sobre perfis de aço, insumo básico da construção civil.

– Crédito de R\$ 5,2 bilhões para a Caixa

Econômica Federal. Os recursos serão utilizados exclusivamente para a aplicação em saneamento básico e habitação popular.

– Isenção de Imposto de Renda em fundos de investimento em infra-estrutura.

– Criação de fundo em infra-estrutura que contará inicialmente com R\$ 5 bilhões do FGTS.

– Na área de obras públicas, o governo federal decidiu priorizar até 2010 os investimentos em logística (rodovias, ferrovias, portos), energia e saneamento. Espera investir, junto com estatais e iniciativa privada, R\$ 503,9 bilhões até 2010.

– Projeto de lei para regulamentar o artigo 23 da Constituição. O objetivo é deixar claro qual ente da Federação (União, estados ou municípios) será responsável pelo licenciamento ambiental de uma determinada obra.

### Arrecadação e fraudes

– Aprimoramento das ações da Receita no combate à fraude e arrecadação, com a implementação do sistema público de escrituração digital e da nota fiscal eletrônica.

### Outras medidas

– Redução dos *spreads* do BNDES para infra-estrutura e desenvolvimento urbano; marco legal para as agências reguladoras; Lei do Gás; reestruturação do sistema de defesa da concorrência; aprovação do marco regulatório do saneamento; abertura do mercado de resseguros; recriação da Sudam e da Sudene; Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; reforma tributária; aprimoramento do sistema de compras públicas.

Fontes: Folha Online e Ministério do Planejamento

## Efeito imediato

Veja as medidas provisórias publicadas pelo governo no âmbito do PAC

**1 – MP 347/07:** concede crédito de R\$ 5,2 bilhões à Caixa Econômica Federal, a ser aplicado em saneamento básico e habitação popular.

**2 – MP 348/07:** permite a criação de Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura por instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investimento nas áreas de energia, transporte, água e saneamento básico.

**3 – MP 349/07:** cria o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), com aplicação de recursos do FGTS em empreendimentos em energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento. A administração e a gestão do fundo, que contará inicialmente com R\$ 5 bilhões, ficarão com a Caixa.

**4 – MP 350/07:** cria o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, nas modalidades com opção de compra ou alienação.

**5 – MP 351/07:** institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura, que suspende a cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra de insumos e serviços utilizados pela construção civil em novos projetos de longo prazo em transportes, energia e saneamento básico.

**6 – MP 352/07:** institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) para zerar alíquotas da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS e da Cofins na venda de equipamentos de transmissão de TV digital.

**7 – MP 353/07:** encerra o processo de liquidação e extingue a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

Fonte: Agência Senado

PLENÁRIO



OSÉ CRUZ

No Plenário, a solenidade de posse dos 27 senadores eleitos no ano passado para um mandato de oito anos renova um terço da composição do Senado

# Imagens do início da 53ª Legislatura

J. FREITAS



CÉLIO AZEVEDO



CÉLIO AZEVEDO

OSÉ CRUZ



1) Pedro Simon (C) comanda juramento no Senado; 2) confirmada sua reeleição, Renan Calheiros (E) cumprimenta José Agripino, que também disputou o cargo; 3) Patrícia Saboya deposita seu voto ao lado do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro (E), e de Efraim Moraes; 4) novos senadores fazem o juramento; 5) Aldo Rebelo (de costas) empossa novos deputados; 6) entre os filhos, João e Supla, Eduardo Suplicy posa ao lado dos petistas Ideli Salvatti (E), Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Tião Viana

GILBERTO NASCIMENTO/CD



CÉLIO AZEVEDO

## PLENÁRIO



MÁRCIA KALUME



CÉLIO AZEVEDO

Sessão de abertura da 53ª Legislatura assistiu à reeleição de Renan Calheiros para a Presidência do Senado e à posse de 27 novos senadores eleitos em 2006

## Líderes acertam nomes para compor Mesa diretora

Após seis horas de negociação na quinta-feira, as lideranças partidárias chegaram a um acordo em relação aos nomes que passam a exercer os cargos da nova Mesa diretora do Senado no biênio 2007/2008.

A Mesa é responsável pela condução do processo legislativo e pela administração da Casa. Como é praxe, os cargos foram distribuídos entre os partidos com maior representação.

Além do presidente Renan Calheiros, integram a nova Mesa o 1º vice-presidente, senador Tião Viana (PT-AC), e o 2º vice-presidente, senador Alvaro Dias

(PSDB-PR).

A 1ª Secretaria – órgão responsável pela gestão da Casa – continuará sendo dirigida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB). Para o cargo de 2º secretário, foi escolhido o senador Gerson Camata (PMDB-ES). A 3ª Secretaria será comandada pelo senador César Borges (PFL-BA) e a 4ª Secretaria, pelo senador Magno Malta (PR-ES).

Ainda foram eleitos para as suplências os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Claudino (PTB-PI).

## Indicadas lideranças dos partidos e blocos

Após a eleição da Mesa do Senado para o biênio 2007/2008, na quinta-feira, foram acertadas as indicações das lideranças partidárias e blocos parlamentares de representação na Casa.

Embora o PMDB seja o partido com maior representação no

Senado (20 senadores), existe a possibilidade de a liderança da Maioria ser exercida pela líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (SC).

Veja os nomes dos líderes no quadro abaixo:

### Lideranças partidárias

PMDB (20 senadores) Valdir Raupp (RO)	PR (4 senadores) João Ribeiro (TO)
PFL (17 senadores) José Agripino (RN)	PSB (3 senadores) Renato Casagrande (ES)
PSDB (13 senadores) Arthur Virgílio (AM)	PCdoB (1 senador) Inácio Arruda (CE)
PT (11 senadores) Ideli Salvatti (SC)	PP (1 senador) Francisco Dornelles (RJ)
PTB (5 senadores) Epitácio Cafeteira (MA)	PRB (1 senador) Marcelo Crivella (RJ)
PDT (4 senadores) Jefferson Péres (AM)	PSOL (1 senador) José Nery (PA)

### Lideranças de blocos parlamentares

► **Minoria (PFL/PSDB)**  
- Demostenes Torres (PFL-GO)

► **De apoio ao governo**  
Ideli Salvatti (PT-SC)

► **Maioria**  
A designação do líder ainda depende de entendimento entre as lideranças do PMDB e do bloco de apoio ao governo.

# Renan é reeleito presidente do Senado

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi reeleito para a Presidência do Senado. Ele obteve 51 votos, contra 28 concedidos ao senador José Agripino (PFL-RN), e vai comandar a Casa por mais dois anos.

A eleição do presidente da Casa ocorreu na última quinta-feira, logo após a cerimônia de posse dos 27 novos senadores da 53ª Legislatura, eleitos no ano passado. Durante a posse o Senado esteve lotado, tanto dentro do Plenário quanto nos corredores da Casa. Todos os 81 senadores estavam presentes: os que assumiam o cargo e os

outros 54 cujos mandatos se estendem até 2011.

Cada senador teve direito a trazer 15 convidados, que eram identificados por broches holográficos. Destes, dois permitiam acesso à Tribuna de Honra, três às galerias do Plenário e dez a um pequeno auditório com telão montado no Salão Nobre. Convidados excedentes foram acomodados nas salas das comissões e no Auditório Petrônio Portella. Familiares dos novos parlamentares circulavam pela Casa, inclusive crianças e idosos. Felipe Couto, filho adolescente do senador Mário Couto (PSDB-PA), disse que assistir à posse

era algo que lhe trazia muita felicidade. Ivete Simon, esposa do senador reeleito Pedro Simon (PMDB-RS), enfatizou o orgulho que sentia pelo marido que, além de ser o parlamentar com mais tempo de mandato (24 anos), começava um novo período de oito anos.

A votação para a Presidência foi feita por meio de cédulas de papel com os nomes dos dois candidatos. O resultado da votação foi anunciado pelo 1º secretário da Mesa, senador Efraim Morais (PFL-PB), logo após a contagem manual feita pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

## Para Agripino, resultado é vitória do Planalto

José Agripino (PFL-RN) afirmou que a eleição de Renan Calheiros à Presidência do Senado foi uma vitória do Palácio do Planalto. Perguntado se houve interferência do Executivo na eleição, Agripino asseverou que sim.

– Não há nenhuma dúvida. Se me perguntarem que tipo de interferência, não saberei precisar, mas sei que há troca de favores – disse.

Agripino ressaltou que a oposição cobrará os compromissos assumidos por Renan Calheiros em relação à independência do Legislativo. O senador potiguar frisou que também cobrará a votação no Senado dos vetos do presidente da República a projetos aprovados pelo Congresso.

– O Congresso não pode continuar adotando a postura passiva que até hoje adotou, recebendo uma medida provisória após a outra e entregando as relatorias dessas MPs aos senadores aliados ao Planalto e estimulando com isso a edição de novas medidas provisórias – assinalou.

## Compromisso com um Legislativo independente

Reeleito para presidir o Senado, Renan Calheiros fez o discurso da vitória dizendo que as disputas democráticas engrandecem a instituição, fortalecem a democracia e trabalham pela evolução do Legislativo. Renan renovou seu compromisso pela independência da instituição, assim como por sua modernização, transparência e democratização.

– As deliberações, discussões, idéias inerentes às atividades dos senhores senadores e senhoras senadoras serão tomadas novamente de forma coletiva e nunca serão, como nunca foram, verticalizadas de cima para baixo. Aqui se busca a concórdia de maneira incessante e equilibrada – disse.

O presidente afirmou que no Senado o entendimento não é e não será nunca a supressão de vontade de quem pode menos em detrimento da força de quem pode mais.

– Aqui todos podem mais por serem todos iguais. O diálogo interno e com a sociedade é a essência e a razão da existência do Parlamento – frisou.



LANCEY TOMAZ/CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Renovada em 46%, Câmara elege Chinaglia

Com um índice de renovação superior aos registrados nas eleições de 2002 e 1998, a Câmara dos Deputados empossou na quinta-feira todos os seus 513 integrantes. São 236 (46%) os deputados empossados que não exerciam mandato na Casa na legislatura anterior. O juramento coletivo foi feito após a proclamação dos nomes dos parlamentares pelo presidente da Casa, Aldo Rebelo.

De acordo com os resultados das eleições de outubro de 2006, Tocantins e Distrito Federal registraram proporcionalmente o maior número de novos deputados. Dos oito deputados de cada uma dessas unidades, seis (75%) são no-

vos. As menores renovações de bancadas foram registradas nos estados de Goiás (17,64%), Mato Grosso do Sul (25%) e Bahia (28,2%).

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) foi eleito, também quinta-feira, para presidir a Câmara no biênio 2007-2008. Na primeira votação secreta pelo sistema eletrônico, Chinaglia e o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) disputaram o segundo turno para o cargo e obtiveram, respectivamente, 261 e 243 votos dos 510 votantes. Houve 6 votos em branco.

No primeiro turno, Chinaglia teve 236 votos e Rebelo, 175. O candidato da chamada terceira via, deputado Gustavo

Fruet (PSDB-PR), ficou com 98 votos. Houve 3 votos em branco.

Para a 1ª Secretaria, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) obteve 249 votos em segundo turno, contra 180 de Wilson Santiago (PMDB-PB). O deputado Ciro Nogueira (PP-PI) foi conduzido à 2ª Secretaria com 415 votos. Para a 3ª Secretaria, Waldemir Moka (PMDB-MS), único candidato, foi eleito com 449 votos. Na 4ª Secretaria, José Carlos Machado (PFL-SE) assumirá o posto com 443 votos.

Os quatro deputados eleitos para as quatro suplências foram: Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (PSC-RJ).

Arlindo Chinaglia discursa como presidente eleito da Câmara

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Acre

## Tião Viana (PT)



Nascido em Rio Branco, capital do estado, em 1961, Tião Viana foi eleito senador em 1999. Reeleito em 2006 com mais de 80% dos votos válidos, o parlamentar do PT ocupa o cargo de 1º vice-presidente do Senado. Casado e pai de três filhos, seu nome completo é

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves. Médico, formou-se em 1986 na Faculdade de Medicina da Universidade do Pará. Em 2003 tornou-se doutor em Medicina Tropical pela Universidade de Brasília, com tese sobre a disseminação de hepatite B e Delta entre a população de doze municípios do Acre. Saúde pública é uma de suas principais bandeiras como parlamentar.

Foi escolhido líder do PT e do bloco de apoio ao governo em 2003, e esteve à frente das difíceis negociações em torno da reforma da Previdência. Participou como membro titular em diversas comissões da Casa. Tem como suplentes Anibal Diniz e Carlos Augusto Coelho.

## Sibá Machado (PT)



Sibá Machado é senador pelo Acre desde 2003. Ele é o 1º suplente da senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente. Nascido em 1958, no município de União, no Piauí, Sebastião Machado de Oliveira é casado e tem dois filhos. Formado em Geografia

pela Universidade Federal do Acre, ele começou sua atividade política no Pará, junto a grupos de jovens da Igreja Católica. No estado do Acre uniu-se à Comissão Pastoral da Terra e participou da organização de sindicatos. Ligado aos movimentos de trabalhadores rurais e de preservação da Amazônia, Sibá Machado segue a mesma linha de trabalho de Marina Silva em relação à preservação do meio ambiente e em prol do desenvolvimento auto-sustentável da região amazônica. É presidente do PT do Acre, vice-líder da bancada no Senado e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) daquele estado. Tem como suplente Antônio Ferreira.

## Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)



Geraldo Mesquita Júnior nasceu em Fortaleza (CE), em 1948, e é filho do ex-governador do Acre Geraldo Mesquita. Casado e pai de três filhos, é formado em Direito e procurador licenciado da Fazenda Nacional.

Em 2000 exerceu a função de chefe do Gabinete Civil do Acre, durante a gestão de Jorge Viana, em cujo mandato foi também secretário extraordinário de Coordenação Institucional. Nas eleições de 2002, foi eleito pelo PSB na coligação que reelegera Jorge Viana para o governo do estado e Marina Silva para o Senado (ambos do PT). Afastou-se, porém, da bancada de apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Chegou a filiar-se ao PSOL, da ex-senadora Heloísa Helena. Posteriormente, no entanto, uniu-se ao PMDB, onde mantém discurso independente. Em seu mandato dedica-se especialmente ao debate em torno da reforma tributária e do Judiciário. Tem como suplentes Natal Chaves e Francisco Evandro Costa.

## Alagoas

## Fernando Collor de Mello (PTB)



Fernando Affonso Collor de Mello, 57 anos, casado e pai de cinco filhos, volta à cena política nacional ao conquistar o mandato de senador. Eleito pelo PRTB, assume filiado ao PTB. Carioca, economista, começou a carreira política como prefeito de Maceió, em 1980. Em 1982, elegeu-se

deputado federal. Tornou-se governador de Alagoas em 1986. Elegeu-se presidente da República em 1989 pelo PRN, na primeira eleição direta após o regime militar, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva. Com dois anos de governo, uma CPI investigou seu tesoureiro de campanha, PC Farias, e Collor sofreu um *impeachment*, aprovado pelo Congresso. Renunciou ao cargo horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, decisão que suspendeu seus direitos políticos por oito anos e foi mantida pelo STJ. Já o STF o absolveu em todos os processos. Seus suplentes são Euclides Affonso de Mello Neto e Ada Marques Lus.

## Renan Calheiros (PMDB)



José Renan Vasconcelos Calheiros, nascido em 1955, em Murici (AL), é casado e tem três filhos. Reeleito presidente do Senado e do Congresso, exerce o segundo mandato de senador. Formado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas,

iniciou a carreira política ainda no movimento estudantil, sendo eleito deputado estadual antes de terminar a faculdade. Foi deputado federal constituinte, ocasião em que atuou em defesa do parlamentarismo, da regulamentação do direito de greve e da inclusão das garantias individuais na Constituição. Foi líder do governo no Congresso em 1990. Assumiu a pasta de ministro da Justiça em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi também vice-presidente-executivo da Petroquisa e presidente do Conselho Nacional de Trânsito. Tem como suplentes José de Oliveira e José Wanderley

## João Tenório (PSDB)



Em abril de 2006, João Evangelista da Costa Tenório assumiu a vaga de senador deixada por Teotônio Vilela Filho, do qual era suplente. Com a renúncia deste, que assumiu o governo de Alagoas, João Tenório agora é o titular do mandato, que vai até 2011. O parlamentar

já havia substituído Teotônio Vilela Filho outras vezes entre 2003 e 2005. Nessas oportunidades, foi integrante da CPI dos Transgênicos e das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Educação. Também foi suplente da CPI Mista da Exploração Sexual e da Comissão de Assuntos Sociais. Empresário em Alagoas, João Tenório atua no ramo de cana-de-açúcar, álcool e coco. Natural do município de Atalaia, naquele estado, já foi presidente da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas. Sua suplente é a médica Valquíria Alves Brandão César.

## Amapá

## José Sarney (PMDB)



José Sarney dá início a seu quinto mandato de senador, o terceiro pelo Amapá. Nascido em Pinheiro, no Maranhão, em 1930, Sarney formou-se em Direito em 1954. Tornou-se deputado federal em 1955, exercendo mandatos até 1966, quando assumiu o

governo do Maranhão. Depois de deixar o governo do Maranhão, foi senador por dois mandatos. Em 1984, ingressou no PMDB. Foi candidato a vice-presidente e, em decorrência da morte de Tancredo Neves, assumiu a Presidência da República em 1985. Durante seu mandato foi elaborada a nova Constituição federal, concluída em 1988. Exerceu três mandatos como presidente do Senado: dois períodos entre 1995 e 1998 e um de 2003 a 2004. É casado, tem três filhos e é também escritor, membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Tem como suplentes Jorge Nova da Costa e Salomão Alcolumbre.

## Gilvam Borges (PMDB)



Gilvam Pinheiro Borges nasceu em Brasília, em 1958, quando seu pai, Miguel Pinheiro Borges, trabalhou na construção da nova capital federal. Já na adolescência envolveu-se com a política, tendo assumido a vice-presidência da Associação dos Universitários do Amapá

enquanto cursava Sociologia na Universidade Federal do Pará. Foi presidente do Grupo Filantrópico da Amazônia. Seu primeiro cargo eletivo foi o de deputado federal, em 1990. Foi eleito pela primeira vez senador da República em 1994, também pelo PMDB. Em 2005 assumiu novo mandato, após a cassação de seu adversário, João Capiberibe. Entre os projetos apresentados por Gilvam Borges estão o que cria permissão especial para que menores entre 16 e 18 anos possam dirigir e o que abole o exame da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício da profissão. Tem como 1º suplente Geovani Borges.

## Papaléo Paes (PSDB)



João Bosco Papaléo Paes nasceu em Belém do Pará, em 1952. Casado, formado em Medicina, serviu ao Exército até 1980, chegando à patente de primeiro-tenente, do 3º Batalhão Especial de Fronteira, e integrando a junta médica da guarnição da capital. Posteriormente,

foi secretário estadual da Saúde e presidente da Associação Médica do Amapá. De 1993 a 1996 foi prefeito de Macapá (AP). Foi filiado ao PTB, legenda pela qual conquistou o mandato, e ao PMDB. Crítico do governo Luiz Inácio Lula da Silva, filiou-se ao PSDB em 2005. Em sua atuação procura dar destaque a questões ligadas à saúde pública, tema sobre o qual apresentou inúmeros projetos, como o que cria o Estatuto do Enfermo. Aponta ainda para a necessidade de incentivo ao turismo ecológico. Faz parte da Mesa, como suplente da 2ª Secretaria. Seus suplentes são Sebastião Cristovan e Uilton José.



## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Amazonas

## Alfredo Nascimento (PL)



Eleito em 2006, Alfredo Nascimento, 54 anos, anuncia como bandeira de luta a manutenção e a estabilidade da Zona Franca de Manaus. Para tanto, afirma que trabalhará contra a criação de novas zonas de processamento de exportações no país. Também

deve dedicar seu mandato à recuperação da BR-319, que liga Manaus à divisa do Amazonas com Rondônia.

Durante sua segunda gestão como prefeito de Manaus, em 2004, foi nomeado ministro dos Transportes. Exerceu ainda o cargo de superintendente da Zona Franca de Manaus. Presidente do PL do Amazonas, é casado, formado em Letras e Matemática e especialista em Administração de Pessoal, Administração de Materiais e Auditoria em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Seus suplentes são João Pedro Gonçalves da Costa (PT) e Aluísio Augusto de Queiroz Braga (PL).

## Arthur Virgílio (PSDB)



Nascido em Manaus em 1945, Arthur Virgílio Neto é advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e diplomata de carreira do Itamaraty. Eleito para o cargo de deputado federal em 1982, foi prefeito de Manaus (1989-1993)

antes de retornar à Câmara dos Deputados para cumprir mais dois mandatos. Naquela Casa, foi líder da bancada do governo, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Também assumiu, por cinco meses, durante o governo Fernando Henrique, o cargo de secretário-geral da Presidência da República.

Desde 2003, é apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como um dos “dez cabeças” do Congresso Nacional. Atualmente é líder do PSDB no Senado Federal, cargo que exerce desde que assumiu o mandato como senador, em 1º de fevereiro de 2003. Seu 1º suplente é Frank Luiz.

## Jefferson Péres (PDT)



Professor universitário com pós-graduação em Ciência Política, Jefferson Carpinteiro Péres nasceu em Manaus, em 1932, e iniciou sua vida parlamentar em 1988, quando foi eleito vereador, tendo sido reeleito em 1992. Chegou ao Senado em 1995 e se destacou

pelo trabalho em prol da agilização da Justiça e pela reestruturação da Zona Franca de Manaus. A modernização econômica e a moralização das finanças públicas também são focos de sua atuação. No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi o relator do processo que levou à cassação do então senador Luiz Estevão. Atuou como relator da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre 2005 e 2006 foi líder do PDT. Propôs no ano passado um concerto político para o Brasil, aos moldes da “concertación” chilena, em torno de pontos comuns, relacionados à economia do país. E, com discurso em defesa da ética, foi candidato a vice-presidente, na chapa Cristovam Buarque.

Erasmio Lins é seu 1º suplente.

## Bahia

## João Durval (PDT)



João Durval Carneiro, eleito em 2006 pela coligação PDT/PSC/PRTB, tem como suplentes Eliel Lima Santana (PSC) e José Francisco Pinto (PDT). Natural de Feira de Santana (BA), é formado em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia e exerceu a profissão até dedicar-se

inteiramente à política. Em 1954, foi eleito vereador em Feira de Santana, sendo reeleito em 1958. Em 1962, concorreu à prefeitura, sendo derrotado. Quatro anos depois, voltou ao mesmo pleito e saiu vitorioso. Depois do seu primeiro mandato como prefeito, foi nomeado diretor do Centro de Desenvolvimento Industrial. Elegeu-se deputado federal em 1975 e 1979. Em 1982, foi escolhido para substituir o candidato ao governo do estado, Clériston Andrade, morto durante a campanha em um acidente de helicóptero, tendo sido eleito. Após seu governo, seguiu na política local de Feira de Santana, tendo sem sucesso se candidatado ao governo pelo PDT.

## Antonio Carlos Magalhães (PFL)



Nascido em Salvador em 1927, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães é médico, jornalista e professor universitário. Iniciou a vida política em 1954, como deputado estadual, foi deputado federal por três mandatos e, em 1967, assumiu a prefeitura de

Salvador. Governou a Bahia três vezes. Em 1975, Ernesto Geisel o nomeou para a presidência da Eletrobrás e para o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, cargo que ocupou até 1978. No governo José Sarney, foi ministro das Comunicações, de 1985 a 1990. Foi eleito senador em 1994 e presidiu a Casa de 1997 a 2001. Renunciou ao mandato em 2001 e voltou eleito em 2003. Exerce agora a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). É autor das propostas que criaram o Fundo de Combate à Pobreza e a CPI do Judiciário. E é sua a emenda que torna impositivo o Orçamento da União. Seu 1º suplente é Antonio Carlos Júnior.

## César Borges (PFL)



César Augusto Rabello Borges nasceu em Salvador, em 1948, onde se formou em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia. Foi professor universitário aos 27 anos, consultor de engenharia, empresário e presidente da

Junta Comercial do estado, antes de decidir entrar para a política. Elegeu-se deputado estadual por dois mandatos, de 1982 a 1990. No governo de Antonio Carlos Magalhães, iniciado em 1990, assumiu a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. De 1995 a 1999, foi vice-governador, elegendo-se, em seguida, governador do estado – cargo que ocupou até as eleições de 2002, quando foi eleito para o Senado. De 2003 até 2005, foi vice-líder do PFL e elaborou parecer favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional que instituiu o orçamento impositivo, do senador Antonio Carlos Magalhães. Djalma Bessa é seu 1º suplente.

## Ceará

## Inácio Arruda (PCdoB)



Inácio Arruda é natural de Fortaleza, tem 49 anos e foi eleito em 2006 para o Senado Federal, após seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Marcou sua atividade política pela liderança de movimentos em prol da reforma urbana de Fortaleza, tendo sido

o primeiro presidente da Federação de Bairros e Favelas da capital cearense. Também participou da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita nos anos da ditadura militar.

No Senado, deve pautar sua atuação pela defesa de projetos em benefício do Nordeste, como o de interligar a bacia do rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional e o de construir trecho da Ferrovia Transnordestina que irá unir o Porto do Pecém (CE) ao Porto de Suape (PE). Concluiu o curso de Eletrotécnica na Escola Técnica Federal do Ceará e é funcionário público do Tribunal de Justiça do estado. Seu 1º suplente é Raimundo Noronha Filho.

## Patrícia Saboya (PSB)



Patrícia Saboya Gomes foi a primeira mulher do Ceará a se eleger como titular para uma vaga do Senado Federal. Cearense de Sobral, nasceu em 1962, é formada em Pedagogia e começou na política como líder estudantil. Foi eleita vereadora de Fortaleza em 1996, e, dois

anos depois, elegeu-se deputada estadual. Apesar de não ter sido eleita prefeita de Fortaleza na disputa eleitoral de 2000, conquistou uma vaga no Senado nas eleições de 2002, com quase 2 milhões de votos. Patrícia atua ativamente na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. É, inclusive, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado e presidiu, de junho de 2003 a julho de 2004, a comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Flávio Torres é seu 1º suplente.

## Tasso Jereissati (PSDB)



Administrador de empresas, Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em Fortaleza, em 1948. Seu primeiro mandato eletivo, de 1987 a 1991, foi como governador do Ceará, tendo sido reeleito nas eleições de 1994. Disputou pela primeira vez uma vaga no Poder Legislativo nas

eleições de 2002, para o Senado, juntamente com Francisco de Assis Machado Neto, seu 1º suplente. Atualmente, é o presidente nacional do PSDB, partido que ajudou a criar na década de 80 e que presidiu em outras ocasiões.

É membro titular das comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura e presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Foi bastante atuante na discussão e aprovação da lei de parcerias público-privadas (PPPs), defendendo a compatibilização da proposta do governo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Distrito Federal

## Joaquim Roriz (PMDB)



Ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz foi eleito para o Senado com 657.217 votos, ou 51,83% dos votos válidos, pela coligação Juntos por Brasília (PMDB, PSDB, PTB, PAN, PHS, PTC, PRP e PTdoB).

Nascido em Luziânia (GO), em 1936, é pecuarista e governou o Distrito Federal pela primeira vez entre 1988 e 1990, por indicação do então presidente da República, José Sarney. Em 1990, ganhou em primeiro turno a primeira eleição direta para governador do DF. Elegeu-se novamente em outubro de 1998 e foi reeleito para o cargo em 2002.

Iniciou sua carreira política como vereador em Luziânia, em 1962. Em 1978, elegeu-se deputado estadual e, em 1982, assumiu mandato na Câmara dos Deputados. Em 1986, foi eleito vice-governador de Goiás e acumulou a função com a de prefeito nomeado de Goiânia.

Seu 1º suplente é Gim Argello.

## Adelmir Santana (PFL)



Adelmir Santana é morador do Distrito Federal há 42 anos. Administrador de empresas com experiência na área farmacêutica, é proprietário de uma rede de drogarias. Como dirigente classista, preside o Sistema Fecomércio no Distrito Federal e ocupa uma das

vice-presidências da Confederação Nacional do Comércio. Em 15 de janeiro, assumiu a presidência do conselho deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para o biênio 2007/2008. Na ocasião, anunciou a intenção de trabalhar pela regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro, e pela implementação de estratégias voltadas para o desenvolvimento tecnológico dos pequenos negócios. Com 61 anos, é natural de Nova Iorque (MA). Assumiu o mandato de senador com a renúncia do titular, Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal.

O suplente é Abdala Carim Nabut.

## Cristovam Buarque (PDT)



Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque é engenheiro mecânico, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1966, e doutor em Economia pela Sorbonne, Paris, em 1973. Entre 1973 e 1979, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

em Washington, e desde 1979 é professor da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor de 1985 a 1989. Entre 1995 e 1998 governou o Distrito Federal e, em 2002, elegeu-se senador pelo PT. Filiou-se ao PDT em setembro de 2005. É membro do Instituto de Educação da Unesco.

Durante o mandato de governador, implementou o programa Bolsa-Escola. De 1999 a 2002, Cristovam Buarque dividiu seu tempo entre a UnB, seus escritos e a organização não-governamental Missão Criança. Foi ministro da Educação de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Candidatou-se a presidente da República pelo PDT em 2006.

Seu 1º suplente é Eurípedes Camargo.

## Espírito Santo

## Renato Casagrande (PSB)



José Renato Casagrande, 46 anos, foi eleito senador com 1.031.487 votos, o equivalente a 62,37% dos votos válidos. Filiado ao PSB desde 1987, liderou o partido na Câmara dos Deputados, onde exerceu mandato eletivo desde 2003.

Antes de ingressar no PSB, no qual atua como secretário-geral da Executiva Nacional desde 2000, pertenceu aos quadros do PMDB (1982-1987). Além de ter exercido o cargo de vice-governador do Espírito Santo entre 1995 e 1998, foi secretário estadual de Agricultura, de Meio Ambiente da prefeitura de Serra (ES) e de Obras do município de Castelo (ES), sua cidade natal. Sua trajetória política inclui militância no PCdoB quando este atuava na clandestinidade. É formado em Direito pela Faculdade de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (MG).

Sua 1ª suplente é Ana Rita Esgario.

## Gerson Camata (PMDB)



Nascido em Castelo, o capixaba Gerson Camata é economista e jornalista. Iniciou a carreira política como vereador de Vitória, em 1967, e já exerceu oito mandatos eletivos. Foi eleito deputado estadual e depois federal por duas vezes consecutivas. Em 1982,

Gerson Camata foi eleito governador do estado. Deixou o governo para assumir, em 1987, o cargo de senador, pelo qual participou da Assembléia Nacional Constituinte. Em 1994, reelegeram-se para o Senado. Participou das CPIs do Judiciário e do Futebol.

É autor de proposta, originária do Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento Básico, que institui marco regulatório para o setor. O projeto, que aperfeiçoa o modelo institucional de prestação do serviço no país, foi sancionado em janeiro pelo Executivo.

Seu 1º suplente é Marcos Guerra.

## Magno Malta (PL)



Baiano de Itapetinga, o pastor evangélico Magno Pereira Malta é formado em Teologia. Começou a carreira política em 1993, como vereador em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Em 1994, elegeu-se deputado estadual e, em 1998, federal.

Na Câmara, presidiu a comissão parlamentar de inquérito que investigou o narcotráfico e integrou a CPI das Obras Inacabadas e a Comissão Mista de Segurança Pública.

No ano passado, apresentou dois projetos visando proteger os parlamentares autores de emendas orçamentárias de possíveis fraudes na aplicação dos recursos delas originados. Um deles estabelece que governadores e prefeitos deverão assinar termo de compromisso no momento da solicitação de verbas de emendas. O outro prevê que os bancos oficiais comuniquem ao Congresso, em 24 horas, liberações de recursos provenientes de emendas parlamentares. Seu 1º suplente é Francisco Pereira.

## Goiás

## Marconi Perillo (PSDB)



Marconi Ferreira Perillo Júnior foi eleito senador com 75,82% dos votos válidos, num total de 2.035.564. Duas vezes governador de Goiás pelo PSDB (1999-2003 e 2003-2006), iniciou sua carreira política no movimento jovem do PMDB, partido pelo qual se elegeu

deputado estadual em 1991. Quatro anos mais tarde, ocupou a cadeira de deputado federal, dessa vez pelo PP.

Natural de Palmeiras de Goiás, casado e pai de duas filhas, atraiu a atenção da opinião pública em 1998 ao se eleger governador com apenas 35 anos, tornando-se o mais jovem chefe de Executivo estadual.

Promete atuar como defensor de uma política mais agressiva na área de educação, saúde, segurança e infra-estrutura, a começar por maiores investimentos em ferrovias, rodovias e aeroportos. Seu 1º suplente é Ciro Miranda.

## Demostenes Torres (PFL)



Goiano de Anicuns, Demostenes Lázaro Xavier Torres nasceu em 1961. Logo após formar-se em Direito, passou em concurso para promotor do Ministério Público do Estado de Goiás. Especializado em Direito Penal e Direito Processual Penal, foi por duas vezes

procurador-geral de Justiça do estado e também presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil. Em 1999, assumiu a Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Eleito senador em 2002, prioriza em seu trabalho parlamentar propostas que contribuam para diminuir a violência. Tramita no Congresso Nacional um pacote de projetos do senador com o objetivo de endurecer o sistema penal brasileiro – ele considera imprescindível eliminar a condescendência legal com o crime. Foi relator de diversas matérias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sua 1ª suplente é Sandra Melon de Paula.

## Lúcia Vânia (PSDB)



Jornalista, professora e cientista política, Lúcia Vânia Abrão Costa nasceu em Cumari (GO). Entrou na vida pública em 1986, como deputada federal constituinte – a primeira mulher goiana a ocupar o posto. Foi secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência

Social no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse cargo, implantou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o programa Bolsa Criança Cidadã, que deu origem ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). No Senado, cobra do governo federal, com frequência, a continuidade do Peti. Uma das suas prioridades em 2007 será levar adiante a proposta de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), já aprovada na Câmara dos Deputados. “Tenho prontas contribuições importantes para apresentar tão logo as discussões se iniciem”, salienta. Tem como 1º suplente Antonio Faleiros.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Maranhão

## Epitácio Cafeteira (PTB)



Com mais de 40 anos de vida pública, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira volta ao Senado para representar o estado do Maranhão pelos próximos oito anos. Cafeteira disputou as eleições pela Coligação Maranhão – A Força do Povo, que abrangia, além do PTB, PP, PMDB,

PTN, PSC, PL, PFL, PRTB, PHS, PV e PRP. Seus suplentes são Afonso Sérgio Fernandes Ribeiro e José de Ribamar Fiquene. A vida pública de Cafeteira teve início em 1965, quando assumiu a prefeitura de São Luís, até 1969. Depois disso foi deputado federal por sucessivas legislaturas até 1986, quando tornou-se governador do Maranhão, cargo exercido até 1990. Em seguida foi eleito senador para o mandato de 1991 a 1999. Ao se despedir do Senado, ao final da 50ª Legislatura, Cafeteira fez uma homenagem aos servidores públicos, frisando ser a defesa dessa categoria uma de suas principais bandeiras de homem público. Para ele, não há Estado sem funcionários.

## Edison Lobão (PFL)



Maranhense de Mirador, Edison Lobão nasceu em 1936. Jornalista e advogado, ingressou na política em 1978, quando foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 1987, assumiu pela primeira vez uma vaga no Senado. Um dos projetos mais importantes de sua autoria

foi o que propôs a chamada “quarentena” para ex-ocupantes de cargos de direção no Banco Central. Em 1990, elegeu-se governador do Maranhão, e em 1994, novamente senador. Em seu segundo mandato, ocupou a Vice-Presidência da Casa de 2001 a 2003, tendo exercido a Presidência após a renúncia do titular, Jader Barbalho, e até a eleição de seu sucessor, Ramez Tebet, em setembro de 2001. Em 2002 foi eleito para o terceiro mandato no Senado, em que exerceu a presidência de várias comissões, entre elas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Vice-presidente do PFL, o senador tem como suplentes Edison Lobão Filho e Remi Ribeiro.

## Roseana Sarney (PMDB)



Roseana Sarney nasceu em São Luís, em 1953, e é formada em Ciências Sociais. Filha do ex-presidente José Sarney, também senador, foi secretária do pai quando ele ocupou a Presidência da República, de 1985 a 1990. Entrou para a política em 1990, quando foi eleita

deputada federal. Em 1994, Roseana tornou-se a primeira governadora do país. No início do mandato, tomou a iniciativa de reunir governadores de vários partidos, em março de 1995, para formular uma agenda mínima a ser negociada com o governo federal. Em 1998, apesar de praticamente não ter feito campanha devido a problemas de saúde, foi reeleita no primeiro turno, com mais de 66% dos votos. Durante o segundo mandato, seu nome foi cogitado para disputar a Presidência da República. Optou pelo Senado e se elegeu para o período 2003-2011. Em 2006, disputou o governo do Maranhão pelo PFL. Hoje está filiada ao PMDB. Seus suplentes são Mauro Fecury e Ildon Marques.

## Mato Grosso

## Jayme Campos (PFL)



Produtor agropecuário e governador de Mato Grosso entre 1991 e 1994, Jayme Veríssimo Campos nasceu em Várzea Grande (MT), em 1951, e iniciou sua carreira política pelo PDS, transferindo-se posteriormente para o PFL, ao qual permanece filiado.

Em 1972, coordenou a campanha do irmão Júlio Campos à prefeitura de Várzea Grande, exercendo o mesmo papel em 1978, durante a eleição do irmão à Câmara dos Deputados. Em 1982, tornou-se prefeito de Várzea Grande. Voltou ao cargo em 1996 e foi reeleito em 2000. Em 2004, assumiu a presidência do PFL em Mato Grosso. Foi eleito senador em 2006 para oito anos de mandato.

Defende investimentos em infra-estrutura como forma de aprimorar as condições de escoamento da produção agrícola. Casado e pai de quatro filhos, tem como suplentes Luiz Antônio Pagot e Osvaldo Roberto Sobrinho.

## Jonas Pinheiro (PFL)



Mato-grossense de Santo Antônio do Leverger, Jonas Pinheiro da Silva nasceu em 1941 e é técnico agrícola e médico veterinário. Casado, pai de dois filhos, foi deputado federal constituinte em 1986, tendo sido reeleito em 1990.

Sua atuação parlamentar está voltada para as questões ligadas à agricultura e à defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. Na Assembléia Nacional Constituinte, integrou a Subcomissão de Reforma Agrária e Política Agrícola e as comissões de Ordem Econômica e a de Sistematização. Ainda na Câmara, presidiu a CPI que investigou o endividamento do setor agrícola. Eleito para o Senado em 1994, foi presidente da comissão mista que analisou as alterações propostas pela medida provisória que modificou o Código Florestal.

Em 2002 foi reeleito para o atual mandato. Seu 1º suplente é Gilberto Goellner.

## Serys Slhessarenko (PT)



Gaúcha de Cruz Alta, Serys Marly Slhessarenko é advogada e professora universitária aposentada. Foi fundadora da Universidade Federal de Mato Grosso, estado onde reside desde 1966. Separada, mãe de quatro filhos, iniciou sua vida política em Cuiabá, como

secretária municipal de Educação em 1985. Dois anos depois, assumiu a Secretaria de Educação no governo estadual. Eleita deputada estadual por três mandatos, entre 1991 e 2003, ocupou no último período o cargo de líder do PT na Assembléia Legislativa.

Chegou ao Senado em 2003, onde participou de comissões parlamentares de inquérito como a do Banestado e a que investigou a exploração sexual infantil. É presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e da Frente Parlamentar Mista de Desenvolvimento Sustentável. Wanderley Pignatti e Orecy Francisco são seus suplentes.

## Mato Grosso do Sul

## Marisa Serrano (PSDB)



Marisa Joaquina Monteiro Serrano, primeira senadora eleita por Mato Grosso do Sul, iniciou sua carreira política em 1977, quando foi eleita vereadora aos 30 anos de idade.

Nascida em Bela Vista (MS) em 1947, é formada em Letras e Pedagogia. De 1980 a

1982 foi secretária de Educação de Mato Grosso. Em 1994 foi eleita deputada federal, cargo para o qual foi reeleita em 1998. Na Câmara presidiu comissão especial sobre autonomia das universidades. Em 2004, foi eleita vice-prefeita de Campo Grande, cargo que vinha exercendo desde 2005.

Também ocupou entre 2000 e 2002 a presidência do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), quando instituiu o curso de mestrado em Gestão de Política Cultural na Universidade de Palermo, em Buenos Aires, voltado a estudantes dos países integrantes do Mercosul. Tem como suplentes Antonio Russo Netto e Ruben Figueiró de Oliveira.

## Delcídio Amaral (PT)



O engenheiro eletricista Delcídio Amaral Gómez nasceu em Corumbá (MS) em 1955. Casado, pai de duas filhas, trabalhou na construção de várias usinas hidrelétricas, como a de Paulo Afonso (Bahia), e a de Tucuruí (Pará). Após quatro anos na diretoria da

Eletrosul, exerceu em 1994 a secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia para depois assumir como ministro até o início de 1995. Foi diretor de Gás e Petróleo da Petrobras durante a crise de energia de 2000-2001. Deixou a Petrobras para ser secretário de Infra-Estrutura e Habitação no governo de Zeca do PT (MS). Na ocasião, filiou-se ao PT e venceu em 2002 a eleição para o Senado. Com atuação voltada para a área de energia e infra-estrutura, obteve destaque nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista dos Correios, que investigou o escândalo do mensalão e de caixa dois nas eleições. Seus suplentes são Antonio João e Ordalino Cunha.

## Válter Pereira (PMDB)



O advogado Válter Pereira de Oliveira assumiu uma cadeira no Senado em 18 de novembro de 2006, após o falecimento do senador Ramez Tebet. Nascido em Campo Grande em 1943, começou sua carreira parlamentar como vereador na sua cidade natal, onde exerceu mandato de 1973 a 1975.

Em seguida, foi deputado estadual por dois mandatos. Também elegeu-se deputado federal durante três legislaturas, a última encerrando-se em 1995.

Na Câmara dos Deputados, marcou sua atuação na defesa dos trabalhadores na agricultura. Também ocupou a pasta da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul e presidiu a empresa energética do estado durante o período de privatização do órgão. Casado, pai de dois filhos, é secretário-geral do PMDB de Mato Grosso do Sul. Tem como suplente Eduardo Otávio Teixeira Marcondes.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Minas Gerais

## Eliseu Resende (PFL)



Com extensa participação em cargos do Poder Executivo, onde ocupou o Ministério dos Transportes, de 1979 a 1982, no período do regime militar, e da Fazenda, em 1993, no governo Itamar Franco, Eliseu Resende, 77 anos, também acumulou grande experiência no Poder

Legislativo, tendo atuado como deputado federal por três mandatos (1995-2007) consecutivos.

O novo senador figurou como um dos cem parlamentares mais influentes do Legislativo nas edições de 1995 a 2004 da série *Os Cabeças do Congresso Nacional*, publicada pelo Departamento Intersindical de Análise Parlamentar (Diap). Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também atuou como professor catedrático da Escola de Engenharia. Fez mestrado em Matemática e doutorado em Estatística pela Universidade de Nova York. Casado, é natural de Oliveira (MG). Seu 1º suplente é Clésio de Andrade, que foi vice-governador de Minas.

## Eduardo Azeredo (PSDB)



Ex-governador de Minas Gerais e ex-prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, 48 anos, nasceu na capital. Diplomado em Engenharia Mecânica, especializou-se em análise de sistemas.

O senador sempre conviveu com a política. Seu pai, Renato Azeredo, foi um dos políticos mais tradicionais do estado e sua casa era ponto de encontro de líderes mineiros, como Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e Tancredo Neves. Iniciou sua atuação política ainda estudante, quando foi secretário do diretório do curso de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ajudou a fundar no estado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao qual permanece filiado.

Como governador, implementou projetos de educação e cultura que lhe valeram um prêmio da Unesco. Também teve atuação destacada em outras áreas, como as de saúde, saneamento, ecologia e eletrificação. O 1º suplente é Luiz Guaritá.

## Wellington Salgado (PMDB)



Natural da cidade do Rio de Janeiro, Wellington Salgado de Oliveira tem graduação em Pedagogia e especialização em Administração de Sistemas Educacionais, e é doutor em Educação a Distância.

Foi professor de Educação Física no Colégio de Aplicação Dom Hélder Câmara e presidente da Associação Comercial de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Empresário na área de educação superior, dirigiu a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (Asoec), mantenedora da Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e do Centro Universitário do Triângulo (Unitri).

Deixou a presidência da associação para assumir o mandato, em julho de 2005, como suplente de Hélio Costa (PMDB), que se licenciou para ocupar o Ministério das Comunicações. Primeiro vice-líder do PMDB a partir de março de 2006, também exerce a 1ª vice-liderança do bloco da Maioria.

## Pará

## Mário Couto (PSDB)



O engenheiro Mário Couto, 60 anos, chega ao Senado Federal após cumprir quatro mandatos como deputado estadual e ter exercido a presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

Orgulhoso de ter nascido na ilha de Marajó, é filho

de um casal de comerciantes da vila de Salvaterra, município de Soure (PA), o maior da ilha. Começou sua carreira política depois de ter ocupado a chefia do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Durante a campanha para o Senado prometeu defender a conclusão da eclusa da Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. A eclusa permitirá que a navegação pelo rio reduza substancialmente o custo de exportação dos cereais produzidos no sudeste do Pará e no estado do Tocantins. Ele também defende o asfaltamento da Transamazônica.

Demetrius Fernandes Ribeiro é seu 1º suplente.

## Flexa Ribeiro (PSDB)



Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará, Flexa Ribeiro iniciou seu mandato no Senado Federal em janeiro de 2005, na vaga deixada por Duciomar Costa, que se elegera prefeito de Belém no pleito de 2004.

O parlamentar nasceu na capital paraense, em 1945, e atuou por muitos anos como empresário do setor da construção civil, tendo presidido o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon/PA) e a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa). Fundou e coordenou o movimento Ação Pró-Amazônia, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade da qual também é dirigente. Essa atuação tornou-o conhecedor das questões relacionadas à indústria, ao emprego, à produção e à preservação da região amazônica – experiência que trouxe para o Senado. Seu suplente é Everaldo Siqueira Moreira.

## José Nery (PSOL)



Sindicalista e professor ligado ao ensino popular, José Nery Azevedo, 47 anos, tomou posse como senador pelo Pará em janeiro deste ano, em virtude da renúncia de Ana Júlia Carepa (PT), que assumiu o governo do estado. Nascido no Ceará, radicou-se no Pará há 22 anos.

Foi eleito por três vezes vereador do município de Abaetetuba, situado nas proximidades da capital, Belém. Em 2005, ajudou a fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ex-seminarista e ex-militante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atualmente cursa graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA). O senador atuou também junto à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), organização não-governamental que prestava assessoria junto a trabalhadores rurais e da construção civil. Tem como suplente Michel Dib Tachy.

## Paraíba

## Cícero Lucena (PSDB)



Ex-prefeito da cidade de João Pessoa, cargo para o qual foi eleito em 1996 e 2000, Cícero Lucena, 49 anos, primo do ex-presidente do Senado Humberto Lucena, já falecido, iniciou sua carreira política aos 33 anos, filiando-se ao PMDB.

Seu primeiro mandato

eletivo, conquistado no pleito de 1989, foi de vice-governador da Paraíba, na chapa de Ronaldo Cunha Lima. Passou a exercer o cargo de governador com o afastamento de Cunha Lima para concorrer às eleições ao Senado, em 1994.

Ele rompeu politicamente com o ex-governador e atual senador José Maranhão (PMDB) em 2001, filiando-se, em seguida, ao PSDB. Exerceu os cargos de ministro no governo Fernando Henrique Cardoso e de secretário de Planejamento do estado da Paraíba. Casado, nasceu em São José de Piranhas (PB).

Seu 1º suplente é Carlos Marques Dunga.

## Efraim Moraes (PFL)



Engenheiro civil e professor de Matemática, Efraim Moraes nasceu em Santa Luzia (PB), em 1952. Exerceu dois mandatos de deputado estadual e três de deputado federal. Foi vice-líder do governo de 1983 e 1985, e líder do PFL de 1992 a 1993 e de 1995 a 1997.

Também ocupou a presidência do partido e a Primeira Vice-Presidência da Câmara, tendo assumido a Presidência daquela Casa quando o deputado Aécio Neves deixou o cargo para assumir o governo de Minas Gerais.

Faz parte da Mesa do Senado Federal como 1º secretário e é 1º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento. Foi presidente da CPI que apurou a utilização das casas de bingo na lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Participou de abril de 2003 a maio de 2004 como membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Tem como 1º suplente Fernando Catão.

## José Maranhão (PMDB)



Nascido em Araruna, na Paraíba, em 1936, José Maranhão é advogado e empresário. Começou a carreira política em 1954, elegendo-se deputado estadual, cargo para o qual foi reconduzido por três legislaturas.

Nos anos 60, exerceu a função de secretário de Agricultura do estado da Paraíba. Em 1969, teve cassados pelo regime militar seu mandato na Assembléia Legislativa e seus direitos políticos por mais de dez anos. Chegou à Câmara dos Deputados em 1982, onde ficou até 1990. Em sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, foi 2º vice-presidente da Comissão de Organização do Estado, titular da Subcomissão dos Municípios e Regiões e suplente da Comissão de Sistematização. Antes de assumir a cadeira de senador, foi por duas vezes governador do estado – 1995 a 2002. Seu 1º suplente é Roberto Cavalcanti.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Paraná

## Alvaro Dias (PSDB)



Alvaro Fernandes Dias, 62 anos, foi reeleito com 2.572.481 votos (50,51% dos votos válidos de seu estado). Natural de Quatá (SP), iniciou sua carreira política como vereador, em Londrina (PR). Foi deputado estadual, deputado federal por dois mandatos e senador, antes

de eleger-se governador do Paraná, entre 1987 e 1991. Em 1999, assumiu novamente uma cadeira no Senado, onde ocupou, na última legislatura, o cargo de líder da Minoria.

Vice-presidente nacional do PSDB, apresentou, entre outras proposições, o projeto que estende aos presos já condenados o benefício da delação premiada e a PEC que retira do texto constitucional a obrigatoriedade do voto, possibilitando que a lei disponha sobre o voto facultativo. Alvaro Dias atuou em comissões parlamentares de inquérito, como a dos Bingos, dos Correios, da Terra e do Futebol – essas últimas presididas por ele. Seu 1º suplente é Wilson de Matos Silva.

## Flávio Arns (PT)



Flávio José Arns é formado em Direito e em Letras, com mestrado e doutorado em Lingüística. Antes de entrar para a política, foi professor de Letras e diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Paraná. Presidiu a Federação

Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a Federação das Apaes do Paraná e a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais.

Em 1989, foi eleito pela primeira vez deputado federal, sendo reeleito para mais dois mandatos. Na Câmara, foi membro das comissões de Educação e de Direitos Humanos.

Filiou-se ao PSDB em 1990 e permaneceu no partido até 2001, quando foi convidado a ingressar no PT. Eleito com mais de 2 milhões de votos em outubro de 2002, foi o segundo senador mais votado naquelas eleições. Tem Imar Pereira como 1º suplente.

## Osmar Dias (PDT)



Engenheiro agrônomo e produtor rural, Osmar Fernandes Dias nasceu em Quatá (SP), em 1952. Foi diretor e professor da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes (PR). Ocupou a presidência da Companhia Agropecuária de

Fomento Econômico e foi secretário da Agricultura do Paraná.

Em 1994, foi eleito pelo PP para o Senado, onde presidiu a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de 1999 a 2000, e foi vice-líder do PSDB de 1997 a 2000. Filiou-se ao PDT em setembro de 2001. Reelegeu-se em 2002 com 2.776.250 votos e presidiu a Comissão de Educação (CE).

Entre as proposições de sua autoria, está o projeto de uma nova lei sobre as sociedades cooperativas. O parlamentar é presidente do PDT do Paraná, e foi líder do partido no Senado. Seu 1º suplente, José Carlos Gomes Carvalho, faleceu em 2003. O 2º suplente é Jorge Luiz Bernardi.

## Pernambuco

## Jarbas Vasconcelos (PMDB)



Aos 64 anos, Jarbas de Andrade Vasconcelos assume uma vaga no Senado após dois mandatos consecutivos como governador de seu estado. Em 2006, recebeu o voto de 2.031.261 eleitores (56,14% dos votos válidos). Natural de Vicência (PE), formou-se bacharel em

Direito. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período da ditadura militar no Brasil e conquistou seu primeiro cargo eletivo pela legenda (deputado estadual) em 1970. Foi eleito deputado federal em 1974 e 1982, votando, em 1984, a favor da emenda Dante de Oliveira, que defendia eleições diretas para presidente da República.

Chegou à prefeitura do Recife nas eleições de 1985 e 1992. Antes de assumir a presidência nacional do PMDB, em 1989, já havia exercido diversos cargos de direção no partido. Tem como 1º suplente Roberto João Pereira Freire.

## Marco Maciel (PFL)



Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife, em 1940. É advogado e professor universitário. Presidiu a União dos Estudantes de Pernambuco e foi secretário-assistente do governo do estado em 1964. Em 1967, elegeu-se deputado estadual. Foi duas vezes deputado

federal pela Arena, tendo presidido a Câmara dos Deputados de 1977 a 1979. Governou Pernambuco de 1979 a 1983. Elegeu-se senador em 1982, 1990 e 2002. Durante esses mandatos, foi líder do governo, líder do PFL e presidente nacional do partido. No atual mandato, seu 1º suplente é o ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause.

Renunciou ao mandato de 1995 a 1998, por haver sido eleito vice-presidente da República do governo Fernando Henrique Cardoso – cargo para o qual foi reeleito até 2002. Foi ainda ministro da Educação e Cultura e ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo José Sarney.

## Sérgio Guerra (PSDB)



Severino Sérgio Estelita Guerra é economista, professor universitário e pecuarista. Seu primeiro cargo eletivo foi de deputado estadual em 1983, pelo PMDB, tendo sido reeleito para um segundo mandato pelo PDT, de 1987 a 1991. Em seu estado, ocupou as

secretarias de Indústria e Comércio (1988-1989), de Ciência e Tecnologia (1989), de Turismo (1997-1998) e de Desenvolvimento Urbano e Projetos Especiais (2002). Foi ainda representante do governo de Pernambuco junto à Comissão Internacional do Açúcar. Eleito deputado federal pela primeira vez para o período de 1991-1995, pelo PSB, participou do Congresso Revisor da Constituição. Foi reeleito duas vezes. Em 2003, assumiu uma cadeira no Senado como 2º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Roberto Chaves é seu 1º suplente.

## Piauí

## João Vicente Claudino (PTB)



Candidato ao Senado pela coligação PT-PTB, o empresário das áreas de indústria e comércio João Vicente Claudino, 43 anos, foi eleito no ano passado – a primeira vez que concorreu a um cargo eletivo – com 926.631 votos, que representam 65,44% dos

votos válidos. O senador já ocupou, no entanto, uma função pública: a de secretário estadual de Indústria, Comércio e Tecnologia, de 1995 a 1998, durante o governo de Mão Santa (PMDB) no Piauí. Casado e pai de cinco filhos, apontou como uma de suas bandeiras de luta no Senado uma reforma política que fortaleça os partidos políticos e seus compromissos com o povo. Ele declarou que pretende inserir o Piauí nas políticas de desenvolvimento regional e nacional, aproveitando as potencialidades do estado.

O seu 1º suplente, João Hilton Fernandes, ex-fiscal de tributos, é empresário.

## Heráclito Fortes (PFL)



Heráclito de Sousa Fortes nasceu em Teresina, em 1950, e foi funcionário público até os 29 anos, quando iniciou sua atividade política. Eleito como suplente pela primeira vez em 1978, foi cinco vezes deputado federal e, de 1989 a 1992, foi prefeito de sua cidade natal.

Foi 3º secretário da Câmara dos Deputados e vice-presidente por duas legislaturas, tendo tido a oportunidade de ocupar a Presidência da Câmara em várias oportunidades. Também nesta Casa, presidiu a Comissão Especial da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Senador mais votado do Piauí em 2002, com 27% dos votos válidos, o parlamentar assumiu o cargo de 3º secretário da Mesa diretora para o período 2003-2005. Foi eleito, em 2005, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para um mandato de dois anos.

Seu 1º suplente é Jesus Elias.

## Mão Santa (PMDB)



Francisco de Assis de Moraes e Souza nasceu em Parnaíba (PI) em 1942. É formado pela Universidade Federal do Ceará em Medicina, profissão com a qual ganhou o apelido de Mão Santa, por sua atuação como cirurgião em hospitais públicos. Iniciou sua vida política pelo

MDB. Entretanto, foi pela Arena que conquistou seu primeiro mandato, ao ser eleito deputado estadual em 1978. Extinto o bipartidarismo, ingressou no PDS e foi eleito 1º suplente de deputado federal em 1986. Renunciou a essa condição para assumir a prefeitura de Parnaíba, em 1988.

Eleito governador do estado em 1994, foi reeleito em 1998. O Tribunal Superior Eleitoral cassou seu mandato em novembro de 2001, dando lugar a Hugo Napoleão. Foi eleito senador em 2002, tendo como 1ª suplente a professora Adalgisa Moraes Sousa. Em 2006, foi candidato ao governo do Piauí.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Rio de Janeiro

## Francisco Dornelles (PP)



Ex-ministro dos governos José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, Francisco Dornelles, 71 anos, chega ao Senado para representar o Rio de Janeiro com 3.373.731 votos, o correspondente a 45,86% dos votos válidos. Deputado federal desde 1987, seu currículo ministerial

inclui as pastas da Fazenda (1985), Indústria, Comércio e Turismo (1996-1998) e do Trabalho e Emprego (1999-2002). Já foi filiado ao extinto PDS, além do PFL, PPB e PPR.

Natural de Belo Horizonte, Dornelles é neto do militar Ernesto Francisco Dornelles – tio de Getúlio Vargas – e sobrinho do ex-presidente Tancredo Neves. Em 1954, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também obteve, em 1969, os títulos de mestre e doutor em Direito Financeiro.

Foram eleitos como suplentes Péricles Ferreira Olivier de Paula e José Calp Filho (PTB).

## Marcelo Crivella (PRB)



Marcelo Bezerra Crivella nasceu em 9 de outubro de 1957 na cidade do Rio de Janeiro e é formado em Engenharia. Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, é também compositor, cantor e escritor, além de já ter atuado como missionário na África e de dirigir um

trabalho social no sertão nordestino. É autor de vários livros e CDs, com direitos autorais revertidos para seu projeto social. Em 2002 foi eleito para o Senado pelo PL com 3,5 milhões de votos. Apóia o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No Congresso, tem pautado sua atuação na defesa dos interesses do estado do Rio de Janeiro e em projetos que tratem da redistribuição da renda nacional. Entre suas propostas está a que determina que os medicamentos genéricos sejam comercializados a granel ou em embalagens que correspondam à quantidade indicada na receita médica.

Eraldo Bezerra e Natal Rodrigues são os suplentes.

## Paulo Duque (PMDB)



Aos 79 anos, Paulo Duque chegou ao Senado com a experiência de oito mandatos de deputado estadual (de 1962 a 1998) e da atuação política no diretório municipal do PMDB do Rio de Janeiro, cidade onde nasceu.

Em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa, Paulo Duque formulou um diagnóstico institucional do ex-estado da Guanabara ao atuar como relator da CPI que investigou denúncias de matança de mendigos durante o governo Carlos Lacerda. Em 1966, foi um dos primeiros propositores da fusão – efetivada em 1975 – dos estados da Guanabara (que, na época, era formado apenas pelo município do Rio de Janeiro) com o estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói.

Segundo suplente na chapa de Sérgio Cabral, Duque assumiu a vaga em janeiro de 2007 porque o 1º suplente, Regis Fichtner, foi nomeado chefe do Gabinete Civil do governo do Rio de Janeiro.

## Rio Grande do Norte

## Rosalba Ciarlini (PFL)



Casada e mãe de quatro filhos, a pediatra Rosalba Ciarlini Rosado, nascida em Mossoró (RN) em 1952, dedicou-se por muitos anos exclusivamente à medicina, tanto no trato de seus pacientes quanto na direção do maior hospital público de sua cidade natal. Convidada

para entrar na política, foi eleita prefeita de Mossoró e, quatro anos mais tarde, reconduzida ao posto, após ter direcionado sua administração para melhorar o atendimento médico da cidade.

Derrotou na disputa para o Senado, com 43,42% do votos válidos, dois veteranos políticos do estado: Fernando Bezerra (PTB), que tentava a reeleição, e Geraldo Melo (PSDB). Ela foi eleita com o apoio do candidato ao governo do Rio Grande do Norte pelo PMDB, o senador Garibaldi Alves Filho.

Seus suplentes são Garibaldi Alves, pai do atual senador, e Ivonete Dantas Silva.

## Garibaldi Alves Filho (PMDB)



O jornalista Garibaldi Alves Filho nasceu na cidade de Natal em 4 de fevereiro de 1947. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi eleito deputado estadual em 1970 e reeleito em 1974, 1978 e 1982.

De família de tradicionais políticos potiguares, em 1985 foi o primeiro prefeito de Natal eleito por via direta, após o regime militar. Até então, os prefeitos das capitais eram indicados. Em 1990, elegeu-se senador. Exerceu por duas vezes o cargo de governador do Rio Grande do Norte, em 1994 e 1998 e, em 2002, foi eleito novamente senador.

Atuou como relator da CPI dos Bingos e tem feito pronunciamentos favoráveis à transposição do rio São Francisco e demonstrado preocupação com a carência de recursos financeiros dos municípios brasileiros. Seus suplentes são João Faustino Neto e Carlos Alberto Torres.

## José Agripino (PFL)



O potiguar José Agripino Maia nasceu em Mossoró, em 23 de maio de 1945. Engenheiro civil, tem uma carreira política que começou em 1979, como prefeito de Natal. Em 1982, foi eleito governador do Rio Grande do Norte e, em 1986, conquistou seu primeiro mandato no

Senado, quando participou da Assembléia Nacional Constituinte. Foi eleito novamente governador em 1990 e quatro anos mais tarde voltou a conquistar uma cadeira no Senado, tendo presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa no biênio 1999-2000. Reeleito em 2002, está em seu terceiro mandato como senador e exerce atualmente a liderança do PFL.

Entre suas propostas está a que estabelece que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financie estágio remunerado em empresas e universidades. Seus suplentes são José Bezerra Júnior e Edivan Lopes (PTB).

## Rio Grande do Sul

## Pedro Simon (PMDB)



O advogado e professor universitário Pedro Jorge Simon, nascido em 31 de janeiro de 1930, foi eleito pela quarta vez para representar o Rio Grande do Sul no Senado. É casado e tem três filhos. Foi coordenador nacional do movimento Diretas

Já no PMDB. Foi vereador entre 1960 e 1962, deputado estadual entre os anos de 1962 e 1978 e governador do Rio Grande do Sul entre 1987 a 1990. Foi ministro da Agricultura de 1985 a 1986. Já no Senado, foi líder do governo Itamar Franco. O parlamentar tem como principais bandeiras a defesa da ética, com intenso combate à corrupção, e a agilização do Judiciário.

Na última legislatura, participou da comissão mista especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza. Seus suplentes são Hermes Zanetti e Eliana Cunha.

## Paulo Paim (PT)



Paulo Renato Paim, 56 anos, é gaúcho de Caxias do Sul e tem cinco filhos. Ele começou a trabalhar ainda criança, aos oito anos de idade. Líder sindical, foi presidente da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

Em 1986, Paim foi eleito deputado constituinte. Na Câmara, chegou a ocupar o cargo de 3º secretário da Mesa e, após cumprir quatro mandatos como deputado federal, com atuação marcada pela defesa do salário mínimo, elegeu-se senador em 2002. Paulo Paim foi 1º vice-presidente na legislatura anterior. O senador, que propôs diversas medidas de cunho social, é autor do Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto do Portador de Deficiência. As duas propostas já foram aprovadas no Senado e aguardam tramitação na Câmara dos Deputados. Os suplentes de Paulo Paim são Roberto Macagnan e José Mota Filho.

## Sérgio Zambiasi (PTB)



O radialista e jornalista Sérgio Pedro Zambiasi nasceu em Encantado, no Rio Grande do Sul, em 9 de setembro de 1949. Foi eleito, em 1986, deputado estadual, cargo que ocupou por mais três mandatos. Sérgio Zambiasi foi presidente da Assembléia Legislativa gaúcha e, em

1991, assumiu a presidência do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro.

No Senado, o parlamentar – de origem humilde e filho de um militante trabalhista – apresenta principalmente projetos na área social, como o que determina compensação financeira aos taxistas em face da diferença da tributação federal do diesel e da gasolina e o que torna obrigatória a identificação em braile dos números das teclas nos telefones. Senador mais votado do Rio Grande do Sul, com 2,9 milhões de votos, Sérgio Zambiasi é presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Seus suplentes são Cláudio Manfroi e Edir Domeneghini.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## Rondônia

## Expedito Júnior (PR)



O mandato de Expedito Gonçalves Ferreira Júnior como senador não será sua primeira experiência parlamentar em Brasília. Ele atuou no Congresso Nacional como deputado federal em três ocasiões.

Nascido em 10 de junho de 1963 na cidade de Guararapes (SP), iniciou sua trajetória política em Rondônia, aos 21 anos, quando se elegeu vereador no município de Rolim de Moura. Em 1986, tornou-se um dos mais jovens deputados federais do país. Em seus primeiros quatro anos na Câmara, participou da elaboração da Constituição federal. Em 1994, foi novamente eleito deputado e, de 1998 a 2003, exerceu seu terceiro mandato na Câmara federal. Em sua atuação no Executivo estadual, Expedito Júnior foi responsável pela Secretaria Especial de Ação Comunitária. Entre outros cargos junto ao governo do estado, foi secretário de Trabalho e de Promoção Social. Seu 1º suplente é Elcide Alberto Lanzarin.

## Fátima Cleide (PT)



Representante de Rondônia desde 2003, com mandato até 2011, Fátima Cleide Rodrigues da Silva foi a primeira mulher eleita por seu estado para o Senado Federal. Nascida em Porto Velho em 2 de janeiro de 1963, tem três filhos e dois netos. Formada em Letras,

é professora do ensino público federal. Antes de assumir o mandato parlamentar, exerceu a coordenação de educação ambiental na Secretaria de Educação do estado e participou ativamente do Fórum Popular de Mulheres do PT. Foi por duas vezes presidente do diretório regional do PT em Rondônia. No Senado, Fátima Cleide é titular das comissões de Educação; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Também atuou como titular na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. Jairo Augusto é o 1º suplente da senadora.

## Valdir Raupp (PMDB)



Relator do Orçamento da União para 2007, Valdir Raupp de Matos assumiu o mandato de senador em 2003. Além da Comissão Mista de Orçamento, atualmente é titular das comissões de Infra-Estrutura; Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais; e Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sua atuação parlamentar também inclui participação nas comissões parlamentares de inquérito da Emigração Ilegal, dos Correios, das Ambulâncias e dos Bingos. Natural de São João do Sul (SC), nascido em 24 de agosto de 1955, é formado em Administração de Empresas e tem um casal de filhos. Em Rondônia, foi vereador em Cacoal, em 1983 e 1984, e elegeu-se duas vezes prefeito da cidade de Rolim de Moura. De 1995 a 1999, foi governador do estado. Valdir Raupp tem como 1º suplente Tomás Guilherme Correia.

## Roraima

## Mozarildo Cavalcanti (PTB)



Mozarildo Cavalcanti foi reeleito em 1º de outubro como representante de Roraima no Senado. Natural de Boa Vista, é médico e exerceu diversos cargos no Executivo estadual, entre eles o de secretário de Saúde de seu estado. É também professor pela Universidade

Federal de Roraima.

O parlamentar foi deputado federal por duas vezes – sendo um dos mandatos o de constituinte, em 1987 –, e eleito senador para o período de 1999 a 2007. No Senado, foi presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e integra as comissões de Educação e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Também presidiu a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil. Atualmente, é líder do PTB. Seu 1º suplente é Luiz Fernando Santoro.

## Augusto Botelho (PT)



Augusto Affonso Botelho Neto chegou ao Senado em 2003, para seu primeiro mandato parlamentar. Nascido em Vitória (ES), foi criado em Boa Vista, cidade natal de sua mãe. Formado em Medicina, é casado e tem três filhos. Em 2002, foi secretário de Saúde de

Roraima. No Parlamento, tem direcionado sua atuação para questões relativas às áreas de saúde, educação e produção agropecuária. O senador é vice-presidente da Comissão de Educação, sendo também titular nas comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. É ainda vice-presidente da Subcomissão de Defesa da Saúde e exerceu a relatoria da comissão temporária que avaliou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Também integrou as comissões parlamentares de inquérito do Mensalão e dos Bingos, entre outras. Neides Batista é seu 1º suplente.

## Romero Jucá (PMDB)



Romero Jucá Filho nasceu no Recife, em 30 de novembro de 1954. Formado em Economia, com pós-graduação na área de Engenharia, é casado e tem cinco filhos. Foi presidente da Fundação Projeto Rondon, em 1985, e da Fundação Nacional do Índio (Funai),

em 1986, além de conselheiro da Sudene e da Sudam. Em 1988, foi nomeado governador do então território federal de Roraima e, em 1992, assumiu a Secretaria Nacional de Habitação. Foi eleito para seu primeiro mandato como senador em 1994, tendo atuado como vice-líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Casa. Em 2002 é reeleito para o Senado e, em 2005, assume o Ministério da Previdência e Assistência Social. No Senado, foi relator da reforma tributária, em 2003, e relator do Orçamento da União para 2006. Atualmente é líder do governo no Senado. Jucá tem como 1º suplente Wirlande da Luz.

## Santa Catarina

## Raimundo Colombo (PFL)



O pecuarista João Raimundo Colombo nasceu em Lages (SC), em 28 de fevereiro de 1955, e chega ao Senado para seu primeiro mandato na Casa. Foi prefeito de sua cidade natal de 1989 a 1992 e de 2001 a 2004, tendo sido reeleito para o cargo, do qual se desincompatibilizou para

disputar uma vaga no Senado.

Raimundo Colombo exerce desde 2003 a presidência do PFL em Santa Catarina, tendo já ocupado o cargo entre 1993 e 1995. Atuou como deputado estadual em 1987 e 1988 e como deputado federal em 1999 e 2000, quando foi líder da bancada de seu partido. Também foi secretário estadual de Desenvolvimento Social, tendo assumido ainda a presidência do Conselho Deliberativo da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidades e do Conselho de Administração da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. Seu 1º suplente no Senado é o ex-senador Casildo João Maldaner.

## Ideli Salvatti (PT)



Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Ideli Salvatti nasceu em Santo André (SP), em 1952, onde atuou no movimento estudantil secundarista e em projetos de alfabetização de adultos. Em 1980, quando morou em Joinville (SC), ajudou a fundar o PT

catarinense. Professora do magistério estadual, com atuação no movimento sindical, foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual em 1994, já morando em Florianópolis, e reeleita em 1998. Ideli chegou ao Senado em 2003, com mandato até 2011, sendo a primeira mulher a representar Santa Catarina na Casa. Atualmente integra as comissões de Educação; Assuntos Sociais; e Constituição e Justiça. Sua atuação parlamentar no Senado inclui ainda intensa participação nas comissões parlamentares de inquérito dos Correios, da Exploração Sexual e das Ambulâncias. Seu 1º suplente é Belini Meurer.

## Neuto de Conto (PMDB)



Há mais de 25 anos na vida pública, o senador Neuto Fausto de Conto é contador, administrador, agropecuarista e industrial. Ex-deputado federal, foi relator, na Câmara dos Deputados, do plano de estabilização econômica que deu origem ao Plano Real, durante o governo de Itamar

Franco. Atuou também como secretário estadual em Santa Catarina, nas pastas de Agricultura, Fazenda, Casa Civil e dos Negócios do Oeste. Nascido em 8 de setembro de 1938 em Encantado (RS), Neuto de Conto iniciou sua vida pública como vereador em São Miguel do Oeste (SC), sendo eleito por duas legislaturas – 1973-1977 e 1978-1983. Foi deputado estadual de 1984 a 1987 e deputado federal constituinte, de 1988 a 1990. Eleito em 2002 como primeiro suplente de Leonel Pavan, assumiu em janeiro último a vaga de senador deixada pelo titular, licenciado para o exercício do cargo de vice-governador de Santa Catarina.

## A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

## São Paulo

## Eduardo Suplicy (PT)



Eduardo Suplicy, 64 anos, conquistou o terceiro mandato de senador por São Paulo. Economista, administrador de empresas e professor universitário com mestrado e doutorado pela Michigan State University, nos Estados Unidos, foi eleito deputado estadual pelo então

MDB, atual PMDB, em 1979. Em 1983, elegeu-se deputado federal. Foi eleito vereador em 1989. De 1999 a 2003, apresentou ao Senado 23 projetos de lei. Dentre eles, o que instituiu a renda básica de cidadania, já sancionado (Lei 10.835/04), prevendo a concessão de um benefício monetário anual a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos. Também foi o primeiro signatário da CPI dos Anões do Orçamento. Nas negociações sobre a reforma agrária, atuou como intermediário entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem Carlos Ramires como 1º suplente.

## Aloizio Mercadante (PT)



Paulista de Santos, Aloizio Mercadante Oliva é doutor em Economia e professor universitário. Foi coordenador do programa de governo do PT, assessor econômico da campanha presidencial em 2002 e membro da Executiva Nacional do partido. Elegeu-se

deputado federal por duas vezes e liderou o PT na Câmara de 2000 a 2001. Exerceu a liderança do governo no Senado até maio de 2006. Em 2002, recebeu o prêmio Economista do Ano, promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo, Conselho Regional de Economia e Sindicato dos Economistas, em eleição direta. No ano seguinte, figurou entre os parlamentares mais influentes na pesquisa *Os Cabeças do Congresso Nacional*, realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O *site* Congresso em Foco o apontou como o melhor senador em escolha feita por 20 jornalistas especializados. Seu suplente é José Giacomo Baccarin.

## Romeu Tuma (PFL)



Formado em Direito e policial de carreira, ex-diretor da Polícia Federal e ex-secretário da Receita Federal, é senador em segundo mandato. Desde 1991 ocupa a vice-presidência da Interpol, como membro honorário. É corregedor do Senado e presidiu a Comissão de Relações Exteriores e a

Comissão de Assuntos Sociais, além de ter sido vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Grande parte das propostas que apresentou tem relação com a questão da segurança pública, como a que permite às guardas municipais atuarem no combate ao crime. Também formulou proposições para modificar o Código Penal e a Lei de Execução Penal, para obrigar autores de crimes violentos contra a pessoa ao cumprimento de pelo menos dois terços de suas penas, se forem reincidentes, ou metade da condenação, se forem primários, antes de poder reivindicar benefícios como o livramento condicional. Seus suplentes são Alfredo Cotait Neto e Alexandre Thiollier Filho.

## Sergipe

## Maria do Carmo Alves (PFL)



Natural de Cedro de São João (SE), Maria do Carmo se reelegeu no ano passado. É empresária e advogada, formada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Como empresária, dirigiu empresas no ramo da construção civil nos

estados da Bahia, de Sergipe e Alagoas, e, na área da comunicação, em Sergipe. Foi presidente da Habitacional Construções S.A., Sistema Rádio e Televisão Aracaju S.A., Hoteal – Hotéis Alagoas S.A. e Jundhialhy Agropecuária. Na vida pública, destacou-se pelo trabalho realizado em programas sociais durante as administrações do seu marido, o ex-prefeito de Aracaju, ex-governador por três vezes e ex-ministro do Interior João Alves Filho. Em fevereiro de 2003, licenciou-se do Senado para assumir a Secretaria de Estado de Combate à Pobreza, retornando em 16 de setembro. Seu 1º suplente é Virgínio José Carvalho Neto.

## Almeida Lima (PMDB)



José Almeida Lima é sergipano de Santa Rosa de Lima. Advogado, começou a vida política como líder estudantil. Foi vice-prefeito de Aracaju e assumiu a prefeitura da capital por dois anos, de 1994 a 1996. Deputado estadual por duas

vezes, tornou-se o segundo senador mais votado de seu estado, com 20,71% dos votos válidos. Crítico severo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou a tribuna para responsabilizar o governo federal pela recente crise no tráfego aéreo. Em 20 de julho do ano passado, antes do acidente com o avião da Gol (ocorrido em 29 de setembro), protestou contra o atendimento das companhias aéreas e a atuação da Empresa de Infra-Estrutura Portuária (Infraero) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No discurso, advertiu que a situação da aviação civil brasileira representava “risco de vida para passageiros e tripulações”. Max Andrade é seu 1º suplente.

## Antônio Carlos Valadares (PSB)



Bacharel em Direito e em Química, Antônio Carlos Valadares, nascido em 1943, começou a vida pública como prefeito de sua cidade natal, Simão Dias (SE). Deputado estadual por duas vezes, também foi eleito para os cargos de deputado federal, vice-governador e

governador do estado de Sergipe. Ocupou o cargo de 2º vice-presidente do Senado. É líder do PSB no Senado, fazendo parte da base de apoio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre suas proposições, destacam-se a criação da CPMF para a área da saúde e o requerimento que pediu a instalação da CPI dos Bancos. Também apresentou projeto para tornar mais rígida a legislação contra lavagem de dinheiro. Preside a Comissão de Assuntos Sociais e é membro titular das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e da Mista de Orçamento. Elber Batalha de Góes é seu 1º suplente.

## Tocantins

## Kátia Abreu (PFL)



Cumprindo mandato de deputada federal, Kátia Abreu disputou a vaga para o Senado pela coligação Aliança da Vitória, que uniu PFL, PMDB e PPS. Empresária rural e psicóloga, filiou-se ao PPB em 1995 e em 1998 transferiu-se para o PFL. Coordenou a Frente

Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional e pertenceu à bancada ruralista da Câmara. Presidiu a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins de 1996 a 2002.

Kátia Abreu apresentou projetos na área de regulamentação da comercialização de organismos geneticamente modificados e do registro de agrotóxicos, para maior controle de sua utilização, e da obtenção de recursos para projetos de irrigação. Também participou da Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública e, em 2001, integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Mortalidade Materna. Seu 1º suplente é Marco Antônio Costa.

## João Ribeiro (PL)



O empresário João Batista de Jesus Ribeiro nasceu em Campo Alegre de Goiás, em 1954. Em 1983, conquistou seu primeiro mandato como vereador em Araguaína (GO). Em 1987, elegeu-se deputado estadual. De 1989 a 1993, foi prefeito de Araguaína. Elegeu-se duas

vezes deputado federal. No Congresso, foi membro da Comissão Mista de Orçamento. Na Câmara, foi titular das comissões de Direitos Humanos e de Viação e Transportes.

Atuou em duas oportunidades no governo do Tocantins. Primeiro, em 1997, como secretário de Turismo Ecológico, e, depois, entre 2001 e 2002, secretário de Governo. Como líder do PFL na Assembléia Legislativa de Goiás, em 1988, trabalhou na persuasão dos políticos goianos sobre a importância da criação do estado do Tocantins, que se transformou no principal marco de sua carreira política. Manoel Alencar Neto é seu 1º suplente.

## Leomar Quintanilha (PMDB)



O bancário e agropecuarista Leomar de Melo Quintanilha nasceu em Goiânia, em 1945. Formado em Direito, seu primeiro cargo eletivo foi de deputado federal, em 1986, tendo sido reeleito em 1990. Chegou ao Senado em 1995 e, em 1996, licenciou-se para assumir a Secretaria

de Indústria, Comércio e Turismo do Tocantins. Reassumiu o cargo no Senado seis meses depois, tendo ocupado a vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Quintanilha é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Uma de suas bandeiras é a alocação de recursos para o estado e os municípios, visando implementar obras e ações como pavimentação de rodovias e ruas, saneamento básico, hospitais, escolas e casas populares. Defende o aprimoramento da educação para tornar as novas gerações competitivas no Tocantins e no país. Sadi Cassol é seu 1º suplente.



## Voz do Leitor

## PARTICIPAÇÃO ATIVA

“O cidadão brasileiro precisa participar da vida pública de forma mais ativa. A imprensa tem um papel muito importante, o de estimular e promover a cidadania. O **Jornal do Senado** tem dado significativa contribuição para a formação política do povo brasileiro, sendo um instrumento de educação política. Devemos cobrar qualidade na administração pública, mas essa qualidade só se efetivará com a participação do cidadão.”

Sérgio Augusto Dibner  
Maravalhas, de Curitiba (PR)

## EDUCAÇÃO

“O governo deve investir na educação para que o Brasil tenha um retorno melhor da sociedade como um todo.”

Paulo César Correia Alves,  
de São Paulo (SP)

## SEGUNDO TURNO

“O assunto do momento é sem dúvida a reforma política. Gostaria de sugerir ao Congresso Nacional uma mudança que acredito ser extremamente necessária para aperfeiçoar a democracia no país. Segundo a Constituição federal, todos são iguais perante a lei. Então, por que a minoria pode eleger um prefeito em uma pequena cidade (onde não há segundo turno) e nos grandes centros não? As pequenas cidades brasileiras, em sua maioria, são dominadas por políticos clientelistas, que compram votos de uma minoria para se perpetuar no poder. Se implantássemos o sistema de segundo turno em todos os municípios, esse tipo de corrupção eleitoral poderia ser bastante reduzido. O segundo turno democratiza a disputa. No primeiro turno, os partidos podem defender idéias próprias, e no segundo podem ser feitas alianças programáticas

que ajudem o desenvolvimento dos municípios do Brasil. Espero que essa discussão entre na pauta da reforma política. Não podemos mais ver o domínio das elites coronelistas impondo o atraso à maioria da população brasileira que vive nas pequenas cidades.”

Flávio Perina, de Aguaiá (SP)

## BIOÉTICA

“Sugiro a senadores e deputados que realizem um estudo profundo para a criação de um Código Nacional de Bioética no Brasil. Essa é uma realidade que já se faz presente entre nós e amanhã estará presente nos grandes tribunais.”

Juliana Junck,  
de Bragança Paulista (SP)

## PARAOLIMPÍADAS

“Aplaudo o senador Paulo Paim por sua batalha pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e concordo com o deputado federal Leonardo Mattos: o estatuto trará uma melhora nas condições de vida dos deficientes. Está na hora de deputados e senadores mostrarem que se preocupam e fazem valer o direito de todos, pois aqueles que mais necessitam – os deficientes – por vezes são deixados de lado. Um exemplo claro, além das políticas desenvolvidas, é a mídia, que se volta mais para aqueles que nada têm a enfrentar que para aqueles que têm uma eterna batalha e sempre são vencedores. Nos jogos paraolímpicos, sim, eu vejo um grande desafio e uma vitória maior ainda por parte do participante. As pessoas com deficiência do Brasil almejam ser valorizadas e protegidas de uma maneira justa, levando em conta sua situação e sua batalha diária, maior do que a de milhões de outros brasileiros.”

Francisco Cosme Alves,  
de Itapiúna (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## ENSINO BÁSICO

Wilson Colares da Costa, Teófilo Otoni (MG)

“Quando o senhor disputou o cargo de presidente do Brasil nas últimas eleições, sua campanha teve como carro-chefe a federalização das escolas públicas da educação básica. Esse ensino, hoje, é responsabilidade dos estados e municípios, existindo grandes disparidades na oferta de uma educação pública de qualidade. O que o senhor propunha de fato com a federalização?”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:

De fato, Wilson, é um assunto que discuti muito durante a campanha. A educação básica tem de ser prioridade federal. Acredito que as escolas precisam ser iguais, acessíveis a todas as crianças, para o que será necessário um Ministério da Educação Básica. Enquanto o MEC cuidar dos ensinos básico e superior, essa última área dominará o uso de recursos e as preocupações dos dirigentes. E o governo federal continuará dando foco ao ensino superior, relegando o ensino básico a municípios e estados. O resultado será uma educação pobre e desigual. Pobre porque estados e municípios têm poucos recursos. E desigual porque no Brasil a diferença de renda entre os municípios chega a ser de quase 40 vezes.



## Agora é lei

## Inventário, partilha e separação

Os processos de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual já podem ser realizados por via administrativa, com a sanção da Lei 11.441, em vigor desde o mês passado, que alterou os dispositivos da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil. A partir de agora, a partilha amigável celebrada entre partes capazes será homologada pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas. De acordo com os dispositivos que simplificam a separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal, e observados os requisitos legais quanto aos prazos, essas ações serão realizadas por escritura pública. O documento firmado entre as partes incluirá a descrição e a partilha dos bens comuns, a pensão alimentícia e ainda definirá, em comum acordo, se o cônjuge retomará o nome de solteiro ou manterá o nome adotado quando se deu o casamento.

A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis. Pela nova lei, a escritura e demais atos do cartório serão gratuitos àqueles que se declaram pobres. Os processos em andamento podem ser cancelados para a utilização dos novos procedimentos, mas só após autorização do juiz responsável. Homologado o cancelamento, a documentação será transferida para os cartórios. A finalidade da lei, apresentada pelo senador César Borges (PFL-BA), é desafogar o Judiciário. O pressuposto é que, havendo consenso entre as partes e não existindo menores ou incapazes, a figura do juiz não é necessária.

## Frases

**“Quem morreu não foi a ética, quem apodreceu foi o nosso sistema político. O Senado em nenhum momento deu costas à sociedade”**

Renan Calheiros, em discurso antes da votação que o reelegera para a Presidência do Senado.

**“Comprometo-me a estar sempre alerta contra a tentação do autoritarismo populista. Não queiram mudar a Constituição brasileira”**

José Agripino, mostrando preocupação com a possibilidade de mudança constitucional que permita ao presidente Lula disputar um terceiro mandato.

**“Sua vitória não traz problemas ou desgastes com a oposição. Ao contrário, vai facilitar o diálogo necessário para que o Senado possa se concentrar na discussão dos problemas do país”**

Geraldo Mesquita Júnior, para quem a postura equilibrada de Renan Calheiros no comando da Casa favoreceu sua reeleição.

**“O movimento de valorização do Senado não teve vez na campanha. Passada a eleição, será o momento de escrever esse capítulo”**

Sérgio Guerra, apontando que, ao dar “pouca atenção” aos projetos de parlamentares, o Senado é pautado pelo governo.

**“Nós já tínhamos bloco. Não é nenhuma novidade. Ele apenas engloba alguns partidos que não existiam na Casa e entraram com as últimas eleições. Não tem nenhum caráter de represália, nem de ameaça”**

Ideli Salvatti, em defesa da ampliação do bloco governista, que passou a integrar PT, PR, PRB, PSB, PCdoB, PP e PTB.

**“É normal e democrática a formação de bloco parlamentar; o que estranho é a hora em que foi criado”**

Arthur Virgílio, que apelidou o bloco governista recém-criado de “galo da madrugada”.

**“Vou devolver aos cofres públicos, ao Tesouro. Tem que dar auxílio-moradia para quem não tem; eu tenho casa própria”**

Joaquim Roriz, que prometeu devolver o auxílio-moradia a quem tem direito.

## Foto da Semana

Na tarde de sexta-feira, em frente ao edifício do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, antes de passar tropas em revista, assiste à execução do Hino Nacional pela banda de música do Batalhão da Guarda Presidencial. A cerimônia precedeu a sessão solene de instalação da primeira sessão legislativa da 53ª Legislatura



CÉLIO AZEVEDO

# O PAC e suas conseqüências

O governo lançou no dia 22 de janeiro o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como objetivo estimular o crescimento do produto interno bruto (PIB) por meio de mais investimentos na economia. O programa divide as opiniões de parlamentares, economistas e governadores, que fizeram uma lista de reivindicações sobre as medidas propostas pelo governo federal.

O novo pacote e suas conseqüências para o cidadão serão o tema do primeiro *Conexão Senado* de 2007, que vai ao ar nesta segunda-feira, ao meio-dia. O ouvinte também pode participar do debate mandando suas perguntas, com antecedência, pelo telefone (61) 3311-1261, por fax, (61) 3311-2777, ou por e-mail, para o endereço [conexão@senado.gov.br](mailto:conexão@senado.gov.br).

Para comemorar os dez anos

de aniversário da Rádio Senado, o *Escala Brasileira* reapresenta os melhores momentos do programa desde a criação da emissora. A primeira atração, que terá reprise na quinta-feira, às 23h, é a entrevista com o carioca Élton Antônio de Medeiros. Sua música *O Sol Nascerá*, composta em parceria com Cartola, foi levada por Nara Leão ao espetáculo *Opinião*, em cartaz no Rio de Janeiro em 1964.

## Direito à merenda escolar em pauta

O programa *O Senado é Mais Brasil*, da Rádio Senado Ondas Curtas, apresenta nesta terça-feira, no quadro "Fique por Dentro da Lei", uma entrevista com a coordenadora nacional do programa de alimentação escolar, Albaneide Peixinho, sobre o direito dos estudantes à merenda escolar. Ela responde



Rádio Senado debate pacote lançado pelo governo que inclui entre suas medidas a desoneração de obras de infra-estrutura

a perguntas de ouvintes sobre as obrigações do poder público e o que os pais podem fazer para fiscalizar os recursos do programa.

Na quinta-feira, no quadro "Sintonia Ambiental", Alessandro Marcuzzi, analista ambien-

tal do Ibama e chefe do Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia, fala das condições e da importância do parque.

*O Senado é Mais Brasil* vai ao ar, de segunda a domingo, das 7h às 10h, e às sextas-feiras, de 7h às 9h.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

## Imprensa já pode renovar credenciamento para 2007

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado já começou a credenciar jornalistas e técnicos para a cobertura das atividades e eventos desenvolvidos no âmbito da Casa. Os formulários de solicitação de credenciais permanentes ou provisórias podem ser acessados através do portal do Senado.

No caso de credencial permanente, com validade indeterminada e renovação anual, o formulário deverá ser preenchido e assinado pelo profissional interessado e apresentado à Secs, via

serviço de protocolo, pelo órgão ou veículo de comunicação, acompanhado de ofício dirigido ao 1º secretário do Senado, solicitando a habilitação.

Já o formulário para o credenciamento provisório, com validade restrita ao transcorrer da semana de expedição, deverá ser entregue na Subsecretaria de Divulgação e Integração, no 21º andar do Anexo I, acompanhado de ofício do veículo de comunicação solicitando o credenciamento (que pode ser enviado para o fax 61 3311-1294) e foto 3x4.

## RESENHA

## Amazônia, o paraíso perdido de Alfred Wallace

ALEXANDRE GUIMARÃES

Apesar de ausente nos livros didáticos brasileiros, o naturalista galês Alfred Russel Wallace é considerado em todo o mundo o co-descobridor da teoria da evolução junto com Charles Darwin. Chamado pai da Biogeografia, ciência que estuda a distribuição geográfica dos seres vivos, Wallace é visto atualmente também como um dos precursores da ciência ecológica, por ter dado, entre outras, a primeira noção precisa de hábitat.

A série Edições do Senado Federal resgata esse esquecimento com a publicação de *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, primeiro livro do autor, publicado inicialmente em 1853. Essa é a obra que levará Wallace a traçar suas idéias expostas no estudo fundamental *Sobre a Tendência da Variedade de Afastar-se Indefinidamente do Tipo Original*, que enviou a Charles Darwin, em 1858.

O livro narra episódios da viagem de mais de quatro anos, de maio de 1848 a julho de 1852, feita pelo cientista na região amazônica. Em meio a belas descrições de paisagens e animais, Wallace desenvolve os primeiros traços da chamada lei de Sarawak, que destaca a coexistência espacial e temporal de espécies semelhantes.

Ao ler Wallace, o leitor parece viajar pelo paraíso perdido.

Os diferentes ambientes são apaixonadamente desenhados por meio de palavras. Assim também são apresentados plantas e animais. O homem destaca-se na floresta: índios, caboclos e brancos se mesclam aos outros elementos naquele paraíso.

Vale a pena lembrar que Alfred Wallace é também o primeiro a tentar conciliar criacionismo e evolução. Acreditava piamente em Deus e dizia que o "invisível Espírito do Universo" interveio pelo menos três vezes na história: ao criar vida a partir da matéria inorgânica, ao introduzir a consciência nos animais superiores e, finalmente, ao dar as faculdades exclusivas do espírito humano, quais sejam, os gênios matemático, artístico e musical, a contemplação metafísica, a razão e o humor.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, de Alfred Wallace, é o volume 17 das Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## Rádio chega a mil emissoras conveniadas

A Rádio Senado completou na última segunda-feira dez anos de existência, com um plano de expansão para 2007 que prevê a transmissão de sua programação FM em mais 13 capitais, a começar pelo projeto piloto no Rio de Janeiro. Também está prevista a interiorização da programação em ondas curtas, hoje restrita às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante parceria com a Radiobrás. Isso possibilitará a retransmissão em todo o país, informou o diretor da emissora, Ivan Godoy, em entrevista à Agência Senado.

Além de Brasília, a programação em FM chegará a Maceió, Rio de Janeiro, João Pessoa, Florianópolis, Cuiabá, Macapá, Palmas, Boa Vista, Porto Velho, Campo Grande, Manaus, Fortaleza e Salvador. A intenção, segundo Godoy, é, futuramente, estender a transmissão a todas as capitais brasileiras.

Segundo o diretor, a Rádio Senado vem cumprindo à risca a função que lhe foi atribuída,



MÁRCIA KALLINE

Aos 10 anos, Rádio Senado amplia a transmissão em FM para mais 13 capitais e estende ondas curtas a todo o país, diz Ivan Godoy

à época de sua fundação, pelo então presidente do Senado, José Sarney.

Godoy destacou o trabalho de divulgação promovido, no site da Casa, pela Rádio Agência Senado, que cadastrou, por coincidência na segunda-feira, a milésima emissora no banco de dados de conveniadas. Trata-se da Rádio Universitária FM, da

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, em Mossoró. Entre as emissoras que reproduzem a programação da rádio estão a Jovem Pan de São Paulo e a Rádio Liberal do Pará.

– Apenas em 2006 foram realizados cerca de 1,1 milhão de *downloads* de programas – afirmou o diretor, ao ressaltar o papel da Rádio Agência.

## ILB abre pré-matrícula para curso a distância

Foi aberto na quinta-feira e vai até o dia 28 o prazo da pré-matrícula para diversos cursos a distância oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), entre os quais o de Doutrinas Políticas Contemporâneas e o de Licitação e Contratos Administrativos. Podem inscrever-se os servidores do Legislativo nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital e, havendo vagas disponíveis, o público em geral.

As cargas horárias dos cursos variam entre 35 e 80 horas, e os alunos terão o acompanhamento

de um tutor. A maioria dos cursos só exige como pré-requisito o acesso à internet e a um programa de correio eletrônico. O material didático é disponibilizado no ambiente eletrônico do curso para ser impresso pelo aluno.

Os cursos de Doutrinas Políticas Contemporâneas e de Introdução às Relações Internacionais I e II são os que exigem mais pré-requisitos: estar cursando ensino superior e ter disponibilidade de leitura e estudo do material de, pelo menos, cinco horas por semana, no caso dos dois últi-

mos. Para as três modalidades, há a possibilidade de tutoria em espanhol, na hipótese de estarem inscritos alunos de países integrantes do Mercosul.

As aulas deverão ser ministradas entre os dias 15 de março e 30 de junho deste ano. Não há garantia de vaga e um *e-mail* de confirmação ou negativa de matrícula será enviado ao candidato até três dias antes do início do curso. O ILB e a Unilegis disponibilizam na internet videoaulas sobre Ciência Política e Processo Legislativo.

## Concurso para o Senado deve ter 300 vagas

A comissão especial destinada a avaliar a disponibilidade de vagas e a elaboração do concurso do Senado já concluiu seu relatório, que aponta para o lançamento de até cinco editais para áreas diversas.

À exceção do setor de Comunicação Social, que depende ainda da conversão de vagas, os editais para os demais setores já podem ser publicados.

– Nada impede que esses quatro editais possam ser lançados já no próximo mês – informou

o diretor-geral adjunto do Senado e presidente da comissão especial, José Alexandre Lima Gazineo, em entrevista à Rádio Senado.

Ao todo, o concurso público do Senado terá 200 vagas para nível médio, com salário inicial de R\$ 6 mil, e outras cem para cargos de nível superior, com salário de até R\$ 9 mil. Está prevista a criação de dez vagas para consultor legislativo, na área de Advocacia. Também para nível superior, há vagas para analista legislativo

nas áreas de Processo Legislativo (20 vagas), Administração (20), Contabilidade (4), Biblioteconomia (2), Arquivologia (4), Engenharia de TV (2), Arquitetura (3), entre outras.

Para a área de Comunicação Social, serão nove vagas para nível superior e outras 80 para cargos de nível médio, especialmente para o setor de audiovisual: produção de TV e rádio (40), operação de TV (6), videografismo para TV (12) e arquivo de mídias (22).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



As sessões plenárias do Senado são dirigidas pelo presidente da Casa, com o auxílio dos demais membros da Mesa. Todos eles são eleitos a cada dois anos

## Direção do Senado é estratégica

O reinício dos trabalhos no Congresso é marcada por grande expectativa em torno da eleição dos parlamentares que irão dirigir as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados nos dois anos

seguintes. São cargos de importância porque seus ocupantes respondem pelo processo legislativo e pela administração de cada uma das Casas.

Além disso, o presidente do Senado é o terceiro na linha

sucessória do presidente da República.

Mas o que significa exatamente ser presidente do Senado? Quais são as atribuições dos senadores que irão formar a Mesa, órgão máximo de ad-

ministração da Casa?

Conheça nesta edição de *Especial Cidadania* as principais responsabilidades e prerrogativas da Presidência e da Mesa, definidas pela Constituição federal e pelo Regimento Interno

do Senado.

E verifique como é importante acompanhar essa eleição, conhecer os candidatos e, principalmente, saber quem vai dirigir os trabalhos do Congresso Nacional.

### Comissão Diretora administra e organiza trabalho legislativo

Além das funções relativas ao processo legislativo, a Mesa ou Comissão Diretora também é responsável pela administração do Senado, devendo:

- ▶ revisar e elaborar a redação final das propostas dos senadores e das emendas e projetos da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário do Senado;
- ▶ propor ao Senado a forma de organização e funcionamento da Casa, incluindo a atuação e constituição de seus órgãos;
- ▶ propor lei para definir a remuneração dos seus servidores, observadas as regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- ▶ emitir, obrigatoriamente, parecer sobre as propostas relativas ao serviço e pessoal da Secretaria do Senado;
- ▶ participar, por meio de pelo menos um de seus membros, de comissão criada para alterar o Regimento Interno e emitir parecer, obrigatoriamente, sobre qualquer proposta de alteração do Regimento; e
- ▶ consolidar, ao fim de cada legislatura, as modificações

feitas no Regimento.

#### São responsabilidades dos demais membros da Mesa:

1º vice-presidente:

- ▶ substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2º vice-presidente:

- ▶ substituir o 1º vice-presidente.

1º secretário:

- ▶ ler em Plenário os documentos da ordem do dia;
- ▶ despachar as propostas repassadas pelo presidente;
- ▶ zelar pela guarda das propostas em tramitação;
- ▶ determinar a entrega aos senadores do material relativo à ordem do dia; e
- ▶ encaminhar as propostas distribuídas às comissões.

2º secretário:

- ▶ lavrar, ler e assinar, depois do 1º secretário, as atas das sessões secretas.

3º e 4º secretários:

- ▶ fazer a chamada dos senadores;
- ▶ contar os votos, em verificação de votação; e
- ▶ auxiliar o presidente na apuração das eleições.

### Presidente define debates e votações

Apenas brasileiro nato pode ser presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. As atribuições do cargo previstas na Constituição indicam a amplitude da atuação do responsável por comandar as sessões do Senado:

- ▶ substituir o presidente da República, caso o vice-presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados estejam ausentes ou impedidos;
- ▶ participar do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional – órgãos de consulta do Presidente da República;
- ▶ promulgar as leis aprovadas pelo Congresso caso o presidente da República não o faça no prazo legal; e
- ▶ convocar o Congresso para trabalhar durante os períodos de recesso – a chamada convocação extraordinária.

No processo legislativo, o presidente coordena a escolha das matérias que serão debatidas e

votadas, além de:

- ▶ convocar e presidir as sessões do Senado e do Congresso Nacional;
- ▶ garantir que a sessão obedeça à Constituição, às leis e ao Regimento;
- ▶ propor a transformação de sessão pública em secreta;
- ▶ propor a prorrogação da sessão;
- ▶ definir o que será debatido e votado durante cada sessão (a chamada ordem do dia);
- ▶ retirar da ordem do dia as matérias que entender estarem com falhas;
- ▶ definir para quais comissões enviar as propostas apresentadas pelos senadores (projetos de lei etc.) e designar relator em Plenário para as propostas que não tenham relator ou cujo relator não esteja presente à sessão;
- ▶ barrar as propostas que lhe pareçam inconstitucionais, ilegais ou contrárias ao Regimento

(nesse caso, o autor pode recorrer ao Plenário para garantir que sua proposta seja apreciada);

- ▶ decidir sobre as questões de ordem (solicitações dos senadores sobre a forma de condução da sessão);
- ▶ definir substitutos para membros de comissões; e
- ▶ desempatar as votações públicas.

São ainda deveres e prerrogativas do presidente:

- ▶ dar posse aos senadores;
- ▶ convocar suplente de senador;
- ▶ designar oradores para sessões especiais do Senado e sessões solenes do Congresso Nacional;
- ▶ autorizar licença de senador;
- ▶ representar o Senado em atos públicos importantes; e
- ▶ resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto no Regimento.

### Congresso Nacional é presidido por senador

A Mesa e a Comissão Diretora do Senado são compostas por sete senadores: o presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários. São eleitos também quatro suplentes. Na falta do presidente, assume o 1º vice-presidente e assim sucessivamente, até os suplentes.

O presidente pode convidar qualquer senador para substituir os secretários, na ausência deles e dos suplentes. Se, além dos demais membros da Mesa e seus suplentes, o presidente também faltar, o senador mais idoso assume a Presidência da Casa.

Já a Mesa Diretora do Congresso Nacional – que dirige as reuniões de senadores e deputados nos casos em que a lei obriga que as duas Casas atuem conjuntamente – é formada por membros das mesas do Senado e da Câmara, da seguinte forma:

#### Composição da Mesa Diretora do Congresso



#### Saiba mais

Legislação

Constituição federal

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Regimento Interno do Senado Federal

[www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf)

Projetos de lei

PEC 590/06 - Garante a representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado e de cada comissão, assegurando, ao menos,

uma vaga para cada sexo.

PRC 267/05 - Insere artigo no Regimento Interno da Câmara dos Deputados sobre a propaganda dos candidatos à Mesa Diretora, proibindo o uso de camiseta, cartaz, outdoor, vídeo, garota e garoto-propaganda e festa promocional nas campanhas para eleição da Mesa Diretora.

PRC 266/05 - Acrescenta parágrafo ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados para exigir um mínimo de 10% de assinaturas para o registro individual de candidato ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados.